

AMICUS

Sociedade Amigos da Cultura

São Carlos

CURSINI

Orchestra: A. PERRONI

8 DE SETEMBRO DE 1926 — HOJE

EM PONTO

As Apparencias Illudem
 Gelossal Drama-mixto de thico GUARDA MARINHA sabe a um
 Verdadeiro Sucesso... no qual HOOT GIBSON, prova que,
 SABA MONTARI... SABA ATIRARI... SABA REPRESENTARI... SABA AMARI...
 Que mais se poderia desejas?...
 APARENCIAS ILLUDEM, o seu trabalho empulga, en-
 electriza ao mais ensensível espectador.



O GUARDA MARINHA

são comparsas do querido e admirado galã, as fulgurantes de summa belleza—Harrieta Hammond— Wesley Barry e outros..

A historia de uma moço-
 legrias, das meguas, dos amores
 um homem provará ser
 lucta pelo Amor, pela
 miosa Patricia
 toey on

Esposas mal Compre- hendidas



Um sentimental drama da vida real... Uma profunda lição de moral.
 VIDE NA SCENA MUDA 283

na Opera

bateu os RECORDS

CHANEY - Mary Philbim - Norman Kerry

Uma unica exhibição



AMICUS

Sociedade Amigos da Cultura

ISSN 1518-4013

AMICUS - Batatais-SP - Ano II - Nº 3 - p. 01-96
Maio de 2001

NOSSA CAPA: Theatro São Carlos

DMK - Assessoria e Marketing - Design gráfico e Execução

SOCIEDADE AMIGOS DA CULTURA

AMICUS

Conselho Consultivo e de Editoração
Coordenador: Walter Cardoso

Membros: Gaspar de Sousa Prado Neto
José Carlos de Medeiros Pereira
Maria Clarisse Bombonato Prado

Conselho de Publicação
Coordenador: Sérgio Corrêa Amaro

Membros: Claudete Camargo Pereira Basaglia
Clotilde de Santa Clara Medina Cardoso

Para Correspondência:
Sociedade Amigos da Cultura
Pça. Cônego Joaquim Alves, 202
CEP: 14300-000 - Batatais-SP
E-mail - wcardoso@netsite.com.br
www.exeinfo.netsite.com.br/amicus

SUMÁRIO/CONTENTS

EDITORIAL

Por uma cultura solidária e não solitária 5

NOSSA CAPA

Theatro São Carlos
Gaspar de Sousa PRADO NETO 7

ARTIGOS/ARTICLES

A criança e sua família no início do século XX no Brasil: a visão no
jornal *Gazeta de Batataes*
The child and his family in the beginning of the 20th century in
Brazil; the point of view from the newspaper *Gazeta de Batataes*.
Luciana Maria da SILVA
Regina Helena Lima CARDANA 11

A música em Batatais nos velhos tempos: a música na Igreja – a
música popular
The music in Batatais in the old times - sacred music and popular
music
Clotilde de Santa Clara Medina CARDOSO 25

Introdução do leite pasteurizado em Batatais – Problemas e soluções
The introduction of the pasteurized milk consumption to the popula-
tion of Batatais - problems and solutions
Ary Toledo MORAES 47

"Fazer a América": sírios e libaneses em Altinópolis
"Making the América": syrians and lebaneses in Altinópolis town
Maísa Dassiê ROSA 55

Prefeito ou Intendente, eis a questão
Mayor or Intendente: this is the question
Walter CARDOSO 61

SEÇÕES

GENTE DE MINHA TERRA

Alberto Lupato, um batataense revolucionário
Pedro Lázaro TEIXEIRA 73

DEPOIMENTOS

A Capitã-Enfermeira Altamira Pereira Valadares conta sua participação na FEB
José Carlos de Medeiros PEREIRA 77

NOTICIÁRIO

Maria Clarisse Bombonato PRADO 91

ÍNDICE DE AUTORES/AUTHORS INDEX 93

NORMAS PARA A APRESENTAÇÃO DE ORIGINAL 95

EDITORIAL

POR UMA CULTURA SOLIDÁRIA E NÃO SOLITÁRIA

A inauguração da Biblioteca e Arquivo da Câmara Municipal de Batatais, verificada em fins do ano passado – louvável iniciativa do então Vereador e presidente de nossa casa de leis, Sr. José Roberto Ricci – representa um passo importante que se dá, em apoio à pesquisa que aqui se faz. São milhares de documentos que agora ficam colocados à disposição de todos os interessados. Documentos que certamente estimularão novas questões, trazendo assim à tona novos esclarecimentos.

Com efeito, o documento é a matéria-prima do historiador. “Pas de documents, pas d’histoire”, já ensinava o grande historiador Charles Seignobos.

A Biblioteca e Arquivo não são uma instituição particular, mas uma oficina de consciência pública. Bastante significativa a personalidade lembrada nessa inauguração, pois colocou-se placa homenageando José Augusto Fernandes, nome escolhido por unanimidade. O homenageado, como se sabe, foi o maior cronista de Batatais, de todos os tempos. Sob o curioso pseudônimo de Jean de Frans, legou-nos textos da maior qualidade, não apenas pelo estilo, mas também por serem ricos em informações. A franquia do rico material existente na Câmara Municipal de Batatais constitui um importante passo para a democratização do saber.

Constituiu também acontecimento deveras gratificante a inauguração da sala da Sociedade Amigos da Cultura, nas dependências da Casa da Cultura de Batatais, pelo Senhor Prefeito Fernando Ferreira e pelo Secretário Municipal de Educação, Esportes e Cultura, Professor José Mauro Marinheiro Fernandes.

Ato singelo em suas dimensões puramente físicas, mas que se reveste de profundo significado para aqueles que se dedicam às

nossas tradições. A exemplo do que acontece com a Casa da Cultura, o espaço agora aí ocupado pela Sociedade Amigos da Cultura é de todos, sem qualquer forma de discriminação. Mesmo porque sempre fomos a favor de uma ampla difusão do conhecimento, de respeito aos valores culturais, enfim, de uma democratização do saber.

Que nossa ação seja, pois, por uma cultura solidária e não solitária.

Walter Cardoso
Coordenador do Conselho
Consultivo e de Editoração

NOSSA CAPA

THEATRO SÃO CARLOS

Gaspar de Sousa PRADO NETO *



Theatro São Carlos

Fim do dia, o sol se põe, aparecem as primeiras estrelas no firmamento, contrastadas pelo fundo negro que a luz titubeante dos poucos lampiões não era capaz de ofuscar. Ruídos, apenas o tropel do cavalo puxando o trole que passa, o choro de uma criança na vizinhança, o boa-noite só reconhecido pelo timbre familiar da voz do compadre que perambula na penumbra da rua, além dos sapos que coaxam sem parar. Esse me parece o quadro que justifica e explica o porquê de se construir um teatro na década de cinquenta do século XIX, quando a nossa pequena e pobre vila possuía apenas uns minguados 2.000 habitantes. O teatro aglutinava o ponto de encontro social, o lazer, a cultura, o namorico das donzelas reduzido ao audacioso olhar furtivo, a fofoca das comadres, o conchavo dos políticos, o fechamento de negócios, enfim, tudo aquilo que o olhar severo do pároco coibia na "egreja", "logar" de fé e respeito, mas a única alternativa social fora dos botequins, reservado aos homens e proibido às mulheres.

* Pesquisador da Iconografia de Batatais
AMICUS - Batatais-SP - ANO II - Nº 3 - Maio 2001

São Carlos

Empreza: E. CORSINI — Orchest: A. PERRONI

HOJE — Sábado 1 de Agosto de 1925 — HOJE

A'S 8 H MEIA EM PONTO

COLOSSAL SOBRE UNIVERSAL PICTURES DO BRASIL — A SERIE ESPECIAL «GIBSON-FILM»

Para um verdadeiro triunfo de Sucesso, oferecemos uma das irregulars e chistosas Comedias «Century», intitulada: **Na Cavação**, São 2 duos partes cheias de qui-pro-quer, mais que interessantes, acção de serem co-actores, são conhecidos, a cargo do irregular comico: **HARRY MURDOCK**.

Em Seguida: — effe... o irregular camuflado... o mestre da lago, da pontaria e da modéstia.

O mais apol. phenômeno do fac-West, **HOOT GIBSON**, com o concurso da formosissima «Cow Girl» **JOSIE SEDWICK** num dos melhores filios da serie Especial,

GIBSON-FILM

A's Apparencias Illudem



Colossal Drama mixto de Verdadeiro Sucesso...

no qual **HOOT GIBSON**, prova que **SABE MONTAR**, **SABE ATIRAR**, **SABE REPRESENTAR**, **SABE AMAR**...

Que mais se poderia desejar?

Em AS APPARENCIAS ILLUEM, o seu trabalho empolga, entusiasmava e electriza ao mais enoçavel espectral.

Vemo-o como estudante... tendo como o exemplo da mocidade, não obstante ser um herói.

Em seguida fazendo parte do elenco do **GRAND-CIRCUS**, enuncia-se de June que detesta os homens. Montar num cavallo chucro, o mais selvagem dos animaes, e o homem que o domas se seria considerado um heroi, isto lhe desera June e ella ja era que a moça, como dizia elle, ainda havia de comer na sua mão...

Arranja um comparsa para insultar June, ella sacca do revolver e atira... o insolente cahé.

June procura fugir a cavallo... Lulu, na sua «Baratinha» se que a... alcança... toma-a em seus braços e prosegue com toda a velocidade... June treme e suplica-lhe que pare, preferia entregar-se a policia... não, diz elle... só o fará se elle comer na sua mão o «Bombom» que lhe apresenta... agora perguntem-lhe que fará a genti June? só assistindo ao film teres a ventura de apreciar um verdadeiro successo do campey **HOOT GIBSON**.

Sucesso Garantido ! !

Programa do Theatro São Carlos

esquecer da força da cena viva, paradoxalmente nostálgica e tão atual, é que publicamos aqui o «retrato» do Theatro São Carlos, que, com o seu jeito despojado e provinciano, parece sabiamente nos advertir que o calor humano não tem substituto eletrônico.

A foto é mais uma imagem garimpada pela Luciana Squarizi no acervo da família Scatena, contribuindo para a restauração iconográfica da antiga Batatais.

O velho Theatro São Carlos foi, com certeza, o espaço mais rico do lugar. Por ali passaram as mais ecléticas manifestações: companhias dramáticas, concertos musicais, espetáculos de magia, troupes de saltimbancos, lutas, companhias de bonecos, sessões de júri, secções eleitorais, assembléias e banquetes políticos, cinematógrafos, conferências protestantes, festas escolares e récitas de amadores locais.

De São João se torna Municipal e, enfim, São Carlos, até desaparecer na década de quarenta do século XX, já quase centenário e adaptado aos novos tempos do cinema. Caiu como se pressentisse a sua aposentadoria compulsória. A imprensa, o rádio, o cinema, a TV e, por fim, a Internet foram num crescendo substituindo o contato pessoal até o mundo virtual de hoje, onde o bate-papo se converte em «chat» e o velho bilhete postal se transforma em «e-mail».

Para que as futuras gerações possam se beneficiar das novas tecnologias, sem



Programa do Theatro São Carlos

Por fim, para contar sucintamente a história do Theatro, apelamos para o indefectível Jean de Frans, do qual selecionamos um trecho de artigo publicado no *Correio Paulistano* em 10 de julho de 1941:

“Li, não vai muito tempo, nas gazetas de minha terra, que o velho Theatro São Carlos, que antes havia sido Municipal e em tempos idos fora São João, desapareceu, a golpes de picareta. Cana Verde vai perdendo, aos poucos, os sentimentos tradicionalistas que lhe eram característicos. Primeiro, foi a Igreja do Rosário. A seguir, o Theatro quase secular. Sem falar nos velhos solares, que

vão cedendo terreno aos palacetes e "bungalows". O casarão anti-estético, plantado na esquina das Ruas Santos Dumont, outrora do Teatro, e Sete de Setembro, e que tantas e boas noites proporcionou, era uma tradição. Foi construído e inaugurado em princípios do ano de 1850, por iniciativa dos prestantes batataenses major Antonio Garcia de Figueiredo, tenente José Umbelino Fernandes, coronel Manuel Pereira e coronel Manuel do Carmo. A princípio, platéia de terra batida, camarotes armados, nas noites de função, com bambus e baeta. O mobiliário ficava ao cuidado dos espectadores. Por pano de boca uma tela branca, cheia de riscos pretos, uma coisa estapafúrdia. Em 1888, logo após a Lei Áurea, a companhia dramática do ator Artur Carrara ofereceu um espetáculo em benefício do teatro, levando à cena "Os Milagres de Santo Antonio", no qual dobrou diversos papéis o Américo Pena, então jovem ator, mais tarde jornalista em Ribeirão Preto e em São Paulo e depois chefe político em Silvestre Ferraz (Minas). E, com o produto dessa festa, pôde o velho Chico Gomes construir frisas e camarotes e assoalhar a platéia e o Antonio Augusto Fernandes pintar um pano de boca melhorzinho e dois cenários, um bosque e uma sala. Em 1896, a Edilidade mandou forrar a platéia, Até então de telha van, e em 1897, a nossa Sociedade Dramática Infantil 20 de Dezembro ofereceu mobiliário completo, oferecimento obrigado a discursos pelos drs. Altino Arantes e Washington Luiz".

ARTIGOS

A CRIANÇA E SUA FAMÍLIA NO INÍCIO DO SÉCULO XX NO BRASIL: A VISÃO NO JORNAL "GAZETA DE BATATAES"

Luciana Maria da SILVA*
e Regina Helena Lima CALDANA**

RESUMO: A educação e o cuidado dos filhos, no início do séculoXX, eram uma questão não só de honra como de garantia para um futuro capitalista do país. Era preciso proteger as crianças da morte, além de ensinar-lhes boa conduta moral e religiosa. A visão do jornal *Gazeta de Batataes* vem ao encontro do ideal implantado no país: mostrar as inovações científicas e tecnológicas nascentes, visando à adoção delas pela população, como símbolo da "modernidade".

UNITERMOS: infância, educação, família, qualidade de vida, jornais.

Educação de Filhos X Jornais Antigos: Que História é essa?

Para uma melhor compreensão do que há em comum em falar de cuidado e criação de filhos em termos psicológicos e o meio cultural e histórico de nossa cidade, é preciso tecer algumas considerações iniciais.

A educação e o cuidado dos filhos parecem se constituir em uma tarefa difícil para muitos, senão todos os pais. Os modos de ação, diante das mais variadas situações do cotidiano no relacionamento pais-filhos, não obedecem a regras. Não se tem muito claro o que é ou não correto na educação dos filhos. Segundo Biasoli-Alves, 1995 (apud Caldana, 1998, p.7), quando se analisa a atitude dos pais com relação à criação dos filhos "(...)poucas

* Aluna da graduação em Psicologia da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Ribeirão Preto - USP.

** Docente do Departamento de Psicologia e Educação da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Ribeirão Preto - USP.

regras são exigidas e as restrições, em geral raras, dizem respeito a exigências quanto aos hábitos de higiene, escola, brincadeiras ligadas à sexualidade e agressividade". E, por mais que se tente fazer 'o melhor possível', sempre há um pouco de frustração, por parte dos pais, quando estes deparam com os frutos de tal processo educativo: quase nunca os comportamentos e atitudes dos filhos são aqueles idealizados inicialmente por eles. Isso gera os grandes conflitos entre valores e ideais das diferentes gerações em questão.

Nesse contexto, o conceito de socialização da criança é um fator de fundamental importância quando se pensa em criação de filhos. É através dela que o indivíduo entra em contato com o mundo, introjetando as práticas e vivências sociais, e, a partir dela, forma uma base para sua identidade, seu modo de viver em grupo para, então, realizar seus projetos e necessidades. Diferentes áreas do conhecimento se interessam por esse processo de socialização e pelas práticas adotadas pelos educadores. Tal fato mostra que a inter e multidisciplinaridade de enfoques enriquecem ainda mais o estudo dos problemas em questão. Além da Psicologia, Antropologia, Sociologia, Psicanálise, também a História pode nos revelar muito sobre o vir-a-ser do homem em meio às suas relações sociais.

Fazendo uma viagem através da História do Brasil, vemos que o modo de vida encontrado nas famílias da sociedade atual é proveniente de uma longa história, principalmente no que se refere à criação dos filhos, que perpassa toda a transição entre os modos de vida 'patriarcal' e 'moderna'. É sobre um recorte desta fase que se concentra este trabalho, enfocando como a família da época - final do século XIX e início do século XX (até 1930) - lidava com a educação dos seus filhos. Esse período caracteriza-se por grandes transformações sociais, econômicas e culturais (industrialização, Primeira Guerra Mundial, urbanização, trabalho assalariado substituindo o escravo, imigração, crescimento das camadas médias urbanas), e o padrão de relacionamento entre pais e filhos não pode ser visto como algo dissociado desse contexto. Assim, é pertinente que se levantem questões a respeito da forma como eram tratadas, no período, questões morais, éticas, religiosas, de educação em geral, pelas 'camadas médias', porta-vozes privilegiados das transformações de mentalidades.

Quais seriam, então, as práticas educativas recomendadas?

E as representações sobre criança e sua educação, incluindo valores adotados e aspectos do imaginário subjacente a eles? Para a averiguação de tais questões, escolheram-se pesquisar fontes primárias, ou seja, aquelas produzidas na época em questão e que se constituíssem em veículos de comunicação escrita ligados à imprensa. Como qualquer outro assunto, o ideário sobre educação de filhos vigente pode ao mesmo tempo estar refletido nestas fontes e, como um elemento constitutivo de representações sociais (permeadas pela ideologia), exercer influência sobre aqueles que têm acesso às informações.

Sabendo da existência de um arquivo no Museu Histórico e Pedagógico "Dr. Washington Luís", de Batatais, e partindo da motivação de pesquisar sobre a história da própria cidade natal***, optou-se por fazer neste local um levantamento dos jornais e revistas existentes, veículos de comunicação escritos que pudessem colaborar para compor um quadro que exemplificasse como era o modelo idealizado em termos de qualidade do contato entre pais e filhos, incluindo aspectos da afetividade entre ambos. Dentre as muitas fontes primárias verificadas, optou-se por escolher um jornal de publicação semanal, chamado *Gazeta de Batataes*.

O Jornal

O jornal foi fundado no início do século XX, em 1907, com o nome de *A Gazeta*. Com o passar dos anos, sofreu uma modificação no nome, passando a se chamar *Gazeta de Batataes* e permaneceu em circulação até a década de 40. Fato este, segundo AMARO (2000), excepcional para a época em questão, na qual a maioria dos periódicos tinha curtíssima duração.

A coleção deste jornal localizada no museu é composta por exemplares que abrangem o período de circulação desde o ano de 1909 (iniciando no mês de julho) até os últimos exemplares. A maioria se encontra em bom estado de conservação, o que facilita a sua utilização para pesquisas. Infelizmente, o Museu não possui os primeiros exemplares dos anos de 1907, 1908 e início de 1909.

De um modo geral, o semanário possui características simples de um jornal do início do século, onde são retratados os fatos do cotidiano em um 'tom' cordial, simpático e pouco crítico. As

*** Este trabalho faz parte de um projeto mais amplo que investiga outros jornais e revistas de época.

matérias eram dispersas no corpo do mesmo, o qual possuía muitas propagandas distribuídas em meio às notícias mais diversas – desde notas sociais aos fatos políticos e econômicos – da sociedade batataense do início do século XX.

Os Dados

A partir de uma análise parcial deste material (de 1909 a 1914), podem-se verificar alguns pontos principais referentes às questões pertinentes ao cuidado e educação de filhos.

Primeiro vê-se que, como o índice de mortalidade infantil era muito grande devido às más condições de saúde e higiene da população, muito havia que ser feito para salvar os 'anjinhos' da ameaçada morte que rondava os lares, dos mais humildes aos mais ilustres.

"Anjinho"

"No dia 2 vôou para a mansão dos anjos, o innocente Miguel, extremado filhinho do sr. Ulieno Cicci, conceituado negociante nesta cidade.

Aos desolados paes enviamos pezames."

(*A Gazeta*, 08/01/1910).

"Anjinhos"

"Falleceu a 7 do corrente o innocente Rubens, filho de sr. Joaquim de Castro.

- também o sr. Tiburcio R. de Mattos, escrivão de polícia desta cidade, teve a infelicidade de perder uma filhinha de 5 annos.

Nossos pezames."

(*G.B.*, 11/01/1914).

Nesse contexto pode-se observar o início de um interesse 'científico' sobre os aspectos da educação e/ou cuidado dos filhos. Era preciso dedicar mais atenção à infância, diminuindo a mortalidade infantil e garantindo a sobrevivência dos futuros cidadãos, consumidores em potencial, fator muito importante para a base de uma economia capitalista nascente.

O incentivo às práticas higiênicas e de imunização, aliado à presença de uma visão de cunho 'científico', sustentava as recomendações feitas pelo jornal às famílias. Nele, os artigos traziam 'dicas' de como deveriam tratar, cuidar, educar, agir com as crianças, tal como no que se segue:

"As Creanças"

"Há entre nós o habito de forçar as creanças, logo que podem ficar de pé, a andarem sosinhas, sem apoio, entregues á força das suas proprias pernas. É, como outros muitos, um mau habito.

Compreendamos que aquellas perninhas ainda não têm resistencia necessaria para manter o equilibrio, e que as consequencias de uma queda podem ser fataes. (...)

Libertemos as creanças das roupas apertadas, paraque movimentem os membros e deixem que a natureza se encarregue do resto.(...).

Aproveitamos a occasião para aconselhar uma grande regularidade nos habitos das creanças.

Os banhos devem ser diarios, com agua temperada, isto é, nem fria nem quente.

Os banhos mornos são sempre os preferidos, por darem bem estar ao corpo.

Não se lhes deve permitir absolutamente as vigílias; fazendo-as, ao contrario, dormir durante o dia.

A creança deve deitar-se cedo, ainda mesmo que diga não ter somno.

Uma vez na cama, este virá. A fraqueza de um dia degenerará em abuso tão prejudicial, como encher o estomago da creança de balas, biscoutos, chocolate e doces a toda hora.

O somno repara as forças perdidas na agitação do dia e acalma os nervos. Por isso mesmo deverá ser longo, começando a noitinha para acabar com a manhã.

A creança deve dormir na cama, em boa posição, as roupas serão rigorosamente seccas e arejadas. O agasalho não será excessivo, tendo-se, porém, a cautella de evitar que a respiração pare como um golpe de ar.

Evitem-se as emoções violentas e os sustos, que terão as peiores consequencias. Metter medo ás creanças é um costume detestavel, condemnavel: a creança terá seus nervos abalados e ficará predisposta ás perigosas convulsões."

(*A Gazeta*, 15/01/1910).

A grande quantidade de notas e matérias sobre desenvolvimento infantil, saúde, vacinação, alimentação, além das propagandas de medicamentos e propagandas de profissionais da saúde dão base para considerar que as 'descobertas da modernidade' nascente precisavam ser veiculadas aos pais e mães de família, sendo isso uma medida preventiva importante e útil (não só àqueles que tinham acesso ao jornal - que pressuponho ser a minoria - mas também aos outros cidadãos, pelo correr das notícias 'boca a boca').

"A Variola"

"Science a nossa municipalidade dos casos de variola que tem apparecido em Jardinopolis, Salles Oliveira (...) solicitando a immediata remessa de tubos de polpa vaccinica, afim de ser feita a maxima distribuicao da mesma as pharmacias e medicos do municipio (...).

(...) empreguem todos os meios para que se não realize a invasão da variola no nosso municipio, dando a maxima expansao a pratica da vaccinacao, como meio unico, infalivel de pôr nos a coberto do mal.

(...) esperamos que todos se compenetrem do grande perigo que correrá todo aquelle que não formvaccinado, no caso de serem nossas fronteiras invadidas pela variola (...)"

(A Gazeta, 28/08/1909).

"DAE ÁS VOSSAS CREANÇAS EMULSÃO DE SCOTT"

"De rico oleo de figado de bacalhau com hypophosphitos para robustecel-as e assegurar seu bom desenvolvimento.

Conserva a saude das creanças sãs.

Restaura a saude das creanças debis e rachiticas.

Insisti na legitima:
De SCOTT"

(G.B., 07/06/1914).

A qualidade de vida que se pretendia alcançar nas grandes cidades do Brasil e do mundo, com o advento das pesquisas no campo da medicina principalmente, era um ideal também almejado na antiga Batataes. Nesse contexto, os médicos higienistas tiveram um papel fundamental em âmbito nacional, pois promoveram uma reeducação da vida familiar, objetivando a melhoria das condições físicas e emocionais do ambiente familiar (Costa,1983).

"Dentição das Creanças"

"Matricaria de F. Dutra

Exija esta marca como legitima 3 a 3

De 3 em 3 annos é que as crianças devem usar a Matricaria de F. DUTRA.. Todas as mães de familia que derem a Matricaria aos seus filhos durante este periodo podem ficar tranquilladas que a dentiçao se fará sem o menor incidente.

Execellente remedio innoferoso para a dentiçao das creanças e cuja efficacia é attestada por mais de 200 medicos brasileiros, este medicamento faz desaparecer os soffrimentos das crianças, tornando-as tranquilladas, evita as desordens de estomago, corrige as evacuações, cura a febre, as colicas, a intomnia e todas as perturbações da dentiçao. Cuidado com as imitações.

As crianças que usam a MATRICARIA não criam vermes e tornam-se alegres, fortes e sadias.

Encontra se em todas as Pharmacias e Drogarias da Capital e do interior

Deposito Geral do Fabricante -

DROGARIA PACHECO

Rua dos Andradas, ns. 43 e 48 -

Rio de Janeiro."

(G.B., 12/04/1914).

Não há como negar que a imprensa batataense, desde o início do século XX, se preocupava em passar o que havia de 'mais moderno' em termos de cuidados com a saúde. Percebe-se isso pela grande quantidade de notas provenientes das agências noticiosas do Rio de Janeiro, São Paulo, países da Europa e Estados Unidos:

"As Farinhas "Nestlé""

"Agita-se actualmente no Rio uma questão importantissima, como seja a condemnação das farinhas "Nestlé" pelo Laboratório Nacional de Analyses, por conterem acido salicylico. Estas farinhas são muito conhecidas nos mercados brasileiros, principalmente mãis de familia, que dellas se servem para alimentar os seus filhos. (...) Às mãis batataenses, pois, offerecemos a presente noticia, afim de que não se sirvam das taes farinhas sem saber-se difinitivamente do resultado da questão, que continua."

(A Gazeta, 04/09/1909)

"Indicações therapeuticas da carie dentaria"

"O dr. Chateau preconisa o methodo de recalcificação de Ferrier na carie dentaria. O methodo de Ferrier consiste no seguinte: suppressão de todos os acidos na alimentação, assim como de todas as substancias que podem dar origem aos acidos, como sejam o vinho, a cerveja, o alcool e as gorduras; uso comedido do pão; abstenção do vinagre e das comidas em que elle entra como tempero; uso quotidiano, pela mantra, de uma agua mineral bicarbonatada calcica (Ponges) e usoda seguinte formula: carbonato de calcio 50 centgs.; phosphato tribasico de calcio 20 centgs.; magnesia calcinada 5 centgs.

Para um papel - tome 4 por dia. A descalcificação do organismo é frequente na tuberculose; é mesmo um dos embaraços à cura dessa molestia, porque ella impede a resistencia do organismo para o desenvolvimento do bacilo de Koch. Ella é observada tambem nas mulheres gravidas, e nas creanças no periodo de crescimento.

Segundo o Dr. Chateau, á carie dentaria é um signal certo de falta de saturação calcica do organismo. Augmentando-se a cal no sangue depositar-se-á uma quantidade maior de cal nos ossos e nos dentes, que permite tornal-os menos

vulneraveis ao ataque dos diversos microbios. Chateau affirma que esta possibilidade de reforçar a defesa dos ossos e dos dentes pelo methodo de Ferrier deve interessar não só ao medico como aos cirurgiões, como aos parteiros e cirurgiões dentistas.

A sua convicção não é puramente theorica. É resultado de uma impressão clinica, pois que há tres annos elle applica o methodo de tratamento de Ferrier de accordo com as indicações acima e sempre com optimo resultado.

Esculapio."

(A Gazeta, 19/03/1910)

Outra importante questão dizia respeito à preocupação com a educação de ordem moral e religiosa das crianças. Era preciso dar-lhes boas noções de condutas para que não fossem corrompidas e pudessem continuar sendo vistas como aquelas que eram, dentro da família moderna:

"(...) a realização de todos os amores, a promessa da dilatação da vida, o ser destinado a levar a nova família à prática, à sociedade, a humanidade com os esplendores da educação que tem recebido, e que transmite a seus filhos a essencia mais pura da vida e do espírito de seus paes."

(A Gazeta, 21/05/1910).

A criança, além de receber conselhos de seus pais, também deveriam mirar-se neles, em suas atitudes. Para tanto os pais deveriam dar bons exemplos, os quais enchiam várias páginas do semanário: notas contra o alcoolismo e tabagismo, como se deveria rir, como se deveria viver, os malefícios que pais e mães 'desnaturados' faziam aos seus inocentes filhos, alguns modelos importados de funcionamento de condutas, dentre outras notas.

"O Alcoolismo"

"É um erro affirmar-se que o alcool é necessário aos trabalhadores que se entregam a serviços pesados, que elle dá coragem ou que repara forças, a excitação artificial que elle provoca é seguida de uma

depressão nervosa e de fraqueza; em realidade o alcool não é útil a ninguém, é nocivo a todo mundo.

O habito de beber aguardente conduz rapidamente ao alcoolismo; as bebidas chamadas hygienicas encerram alcool, mas em doses insignificantes. Entretanto o homem que beber diariamente uma quantidade excessiva de vinho ou de cerveja torna-se alcoolico de aguardente. (...)

O habito de beber arrasta a desafeição da família, ao esquecimento dos deveres sociaes, ao aborrecimento do trabalho, á miseria, ao roubo e ao crime. Quando mais não seja conduz ao hospital, porque o alcool gera as mais variadas molestias, todas mortaes: a paralyisia, a loucura, doenças do estomago e do figado, hydropisia, da mais forte causa da tuberculose: complica e agrava todas as molestias agudas; uma febre typhoide, uma pneumonia, uma erysipela, que appareceriam benignas n'um homem sobrio, matam rapidamente o amigo do alcool. (...).

Para a saude do individuo, para a existência da familia, para o futuro nacional, o alcoolismo é um dos mais terríveis flagelos.

(Da *Lavoura e Commercio*)"

(A *Gazeta*, 21/08/1909).

O discurso empregado nas matérias e notícias tinha uma conotação não apenas de informação, mas sim de uma formação de opiniões sobre o que era bom ou ruim, saudável ou perigoso para a saúde física, mental, espiritual e moral do cidadão. As transformações e inovações tecnológicas e científicas eram tantas, que era preciso serem divulgadas à população e incorporadas no seu dia-a-dia de alguma maneira. Pais e mães, seguindo tais recomendações, estariam, de alguma forma, protegendo seus filhos da terrível ameaça da morte prematura.

"Liga anti-alcoolica"

"(...) O alcool definha a saúde e impede o trabalho durante o seu effeito; por isso é necessario eliminal-o por completo e impedir a sua introduccão na sociedade.

Um outro vício que apesar de prejudicar menos que o precedente, mas que o seu princípio activo excita immensamente o systema nervoso, é o de fumar.

Há tantos neurasthenicos por natureza que qualquer irritação os malifica e no entanto dão a vida por esse inveterado habito.

Guerra, pois, a esses inimigos que tanto corrompem a humanidade, quer na saude quer no carater."

(A *Gazeta*, 30/10/1909).

"Nervosos e Neurasthenicos –

Inuteis para si e para a sociedade"

"Depois de uma vida laboriosa, comecei a sentir os primeiros effeitos da doença que quasi me inutilizou para sempre; comecei a aborrecer o trabalho, a convivencia com a familia, os divertimentos e finalmente não podia ouvir conversar; fechado no meu quarto, passava dias inteiros n'uma inteira imbecilidade, apenas turbada por acessos colera; a prisão de ventre era tenaz, só conseguia evacuar com fortes purgantes, nesse infeliz estado foi que encontrei o medicamento extraordinario, "Cascarina D'oska", que fazendo evacuar regularmente dissipou toda a minha doença, toda a minha neurasthenia, devolvendo-me ao trabalho e á vida util. Conservo e uso sempre esse medicamento como a base de minha salvação e sustento de minha familia.

Clodomiro Veiga da Cunha.

Socio da casa Cunha & C.

21 de Dezembro de 1913.

Em todas as drogarias e pharmacias

Agentes em São Paulo – BARUEL & CIA."

(G.B., 23/08/1914)

Este quadro, traçado a partir do material veiculado pelo jornal, mostra que no painel que estava se configurando no início do

século no Brasil em meio as mudanças econômicas, sociais e políticas tão marcantes, espelhava-se, entre outras coisas, no cuidado e preocupação com a qualidade de vida, com destaque para a criança. E a atenção com a saúde física e psicológica infantil, em meio à modernidade nascente e ao capitalismo crescente, é expressiva de uma mudança no modo de ver a criança que então "(...) passa a ser enxergada como futuro, garantia de que será o capital humano que o capital industrial precisa produzir." (Londoño, 1991).

E salve(m) as crianças!

SILVA, Luciana Maria da e CALDANA, Regina Helena Lima. The child and his family in the beginning of the 20th century in Brazil; the point of view from the newspaper *Gazeta de Batataes*. AMICUS, Batatais-SP, Ano 2, nº 3, p. 11-23.

ABSTRACT: At the beginning of the 20th century children's care and education were considered matters of honor and warranty for a capitalist future of the country. It was necessary to protect children against death and proved them with good moral and religious conducts. The policy of the newspaper *Gazeta de Batataes* agreed with the ideal implanted at the country: to show the scientific and technological innovations so that population could adopt them as "modernity" symbol.

KEYWORDS: childhood, education, family, life quality, newspapers.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARO, S. C. (2000). *Os Anúncios em Jornais antigos de Batatais*. AMICUS, Batatais- SP, ano I, no. 1, Julho, p. 11-20.

CALDANA, R. H. L. (1998). *Ser criança no início do século: alguns retratos e suas lições*. 185p. Tese (Doutorado). Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos.

COSTA, J. F. (1983). Homens e mulheres. In: _____. *Ordem médica e norma Familiar*. Rio de Janeiro. Graal. cap. VI, p.215 – 274.

LONDOÑO, (1991). A Origem do Conceito Menor. In: Priore, Mary del (org). *História da Criança no Brasil*. SP: Contexto.

FONTES PRIMÁRIAS

Anjinho. A *GAZETA*, Batatais, SP, no.100, 08 de janeiro de 1910, p.1.

Anjinhos. *GAZETA DE BATATAES*, Batatais, SP, no.382, 11 de janeiro de 1914, p.1.

As Creanças. A *GAZETA*, Batatais, SP, no.101, 15 de janeiro de 1910, p.1.

A Variola. A *GAZETA*, Batatais, SP, no.82, 28 de agosto de 1909, p.1.

Dae as Vossas Creanças Emulsão de Scott (propaganda). *GAZETA DE BATATAES*, Batatais, SP, no.403, 7 de junho de 1914, p.2.

Dentição das Creanças (propaganda). *GAZETA DE BATATES*, Batatais, SP, no.394, 5 de abril de 1914, p.3.

As Farinhas Nestlé. A *GAZETA*, Batatais, SP, no.83, 04 de setembro de 1909, p.2.

Indicações therapeuticas da carie dentaria. A *GAZETA*, Batatais, SP, no.110, 19 de março de 1910, p.1

A Família. A *GAZETA*, Batatais, SP, no.118, 21 de maio de 1910, p. 1.

O Alcoolismo. A *GAZETA*, Batatais, SP, no.81, 21 de agosto de 1909, p.1.

Liga anti-alcoolica. A *GAZETA*, Batatais, SP, no.91, 30 de outubro de 1909, p.1.

Nervos e Neurasthenicos – Inuteis para si e para a sociedade. *GAZETA DE BATATAES*, Batatais, SP, no.414, 23 de agosto de 1914.

A MÚSICA EM BATATAIS NOS VELHOS TEMPOS A MÚSICA NA IGREJA – A MÚSICA POPULAR

Clotilde de Santa Clara Medina CARDOSO*

RESUMO: São abordadas, neste trabalho, a música que se tocava na Igreja Matriz e a música popular em diferentes fases dos "velhos tempos".

UNITERMOS: Música sacra, música popular, músicos, partituras, jazz.

1 – Antecedentes da música na Igreja

Desde que o cristianismo passou a se organizar como religião e, quem sabe, já antes, quando os cristãos se reuniam nas catacumbas romanas, a música fazia parte dos seus ritos. O canto embalava seus louvores e foi usado, com o decorrer do tempo e do fortalecimento da religião, não só como um auxiliar dos cultos, mas também como atrativo para trazer novos adeptos para suas fileiras. Foi escolhida como padroeira da arte musical, Santa Cecília, mártir do cristianismo. Dentro das fileiras eclesiásticas vamos encontrar, com o passar dos tempos, estudiosos que vão aperfeiçoando a metodologia musical.

Tomemos, como exemplo, a fundação da Schola Cantorum pelo papa Gregório Magno, no ano de 590, onde foi instituída a prática do ensino e treinamento vocal. Gregório Magno organizou também um Antifonário, onde foram recolhidos 100 cantos, alguns já existentes, outros de sua autoria, a serem cantados nas cerimônias religiosas, sendo que muitos desses são ainda hoje entoados. Seu trabalho ficou imortalizado pelo seu próprio nome: Canto Gregoriano ou cantochão, onde o som plangente e monótono de muitas vozes se confunde num só, em uníssono. Sua Schola foi a matriz de algumas outras, difundidas na Europa pelos sacerdotes músicos que dela saíram.

*Professora de História da Rede Estadual de Ensino, aposentada.

Nos séculos XV e XVI vamos ter um desenvolvimento cultural e econômico que vai levar não só à divulgação dos conhecimentos religiosos, mas também a maneiras diferentes de pensar principalmente com referência à Igreja, que, contrariando a sua proposta inicial, voltava-se a certos aspectos mundanos. Isso culminou com a Reforma Protestante, que representou um forte abalo ao mundo católico. Vamos ter a resposta da Igreja criando o Concílio de Trento (1545-1563), que reformulou grande parte das atividades religiosas. Criou Seminários para a formação de padres, reformulou os dogmas, as liturgias, as orações e a música.

Com relação à música, "passou-se a admitir o canto figurado, isto é, o canto não gregoriano, mediante a condição de ser a sua música simples e clara, permitindo compreender as palavras e de não lhes alterar a maneira natural, o que foi magistralmente realizado pelo grande artista italiano: Giovanni Pier Luigi da Palestrina: que apresentou uma coleção de missas a 4 e 5 vozes. Graças a Palestrina a música não foi abolida das cerimônias religiosas." (Pagano, 1968, p. 69)

Em 1534 tivemos a criação da Companhia de Jesus pelo monge espanhol Ignácio de Loyola. Esta era uma Ordem voltada exclusivamente ao ensino e à catequese dos infiéis, o que vinha ao encontro da própria orientação de Portugal na sua política de conquistas ultramarinas, movida além do espírito mercantilista, pelo anseio de divulgar a religião católica. Não é por acaso que essas conquistas foram subsidiadas pela Ordem de Cristo.

Os jesuítas chegam ao Brasil em 1549, com o primeiro governador-geral, Tomé de Souza. Entre eles vem Aspicuelta Navarro, trazendo um harmonium (pequeno órgão), uma vez que a música seria um auxiliar proveitoso no trabalho da catequese. São formados corais de pequenos índios – utilizando-se o cantochão –, que atraíam também os silvícolas adultos e comoviam os colonos. Escolas jesuíticas difundiram-se por todo o Brasil. Ao mesmo tempo houve a simbiose do canto cristão com os rituais indígenas, "na medida em que eram utilizadas palavras e danças ameríndias", conforme nos diz Mário de Andrade. (1975, p. 22) Os jesuítas teriam trazido também para o Brasil a viola, instrumento este que foi muito difundido em nosso mundo musical e que só bem mais tarde seria desbancado pelo violão.

"Dessa mistura resultaram várias formas de festas populares-religiosas onde, por exemplo, o cateretê ou catira e o cururu, respectivamente dança e forma musical dos índios, tornam-se presenças obrigatórias em celebrações como as da Santa Cruz, São Gonçalo e Espírito Santo". (Moraes, 1977, p. 74).

Destaca-se também o trabalho desenvolvido pelos jesuítas na sua Fazenda de Santa Cruz, que distava cerca de 60 quilômetros do Rio de Janeiro. De amplos domínios, incorporando inclusive uma aldeia de índios carijó, lá os jesuítas chegaram a ter 1.600 escravos, os quais, aos domingos, descansavam e participavam das missas, tratamento diferenciado para os costumes de então. (Schwarcz, 1999, p. 223 e segs.) Iniciados na música sacra pelos religiosos, esses escravos participavam de corais e foram instrumentistas que granjearam fama, chegando mesmo a escola da fazenda a ser conhecida como Conservatório de Santa Cruz.

Em 1759, quando os jesuítas foram expulsos, essa fazenda foi confiscada, passando a pertencer à Coroa, mas os mestres músicos continuaram a formar adeptos da arte musical. Com a chegada do Príncipe Regente D. João, a instituição passou a receber mais apoio. Seu prédio foi reformado em 1817, convertendo-se Santa Cruz na residência de verão da Família Real. Conseqüentemente, aí realizaram-se grandes festas, com música da melhor qualidade e outras manifestações artísticas, das quais participavam "mulatos e negros crioulos".

Para o bom desempenho dos escravos músicos, contou-se com a competente orientação do compositor e regente mulato, o Padre José Maurício, que gozava então de grande prestígio.

Quando D. João VI regressou a Portugal, o Conservatório entrou em fase obscura, vindo posteriormente a readquirir seu antigo prestígio, tanto que, no ocaso do Império, a Banda da Imperial Fazenda de Santa Cruz era formada por trinta e um músicos negros, que, com muito brilho, faziam-se acompanhar por escravos cantores.

Em termos de música popular, o negro viria a trazer, mais tarde, poderoso reforço para a expressão musical de nossa gente, onde o som emitido pelos seus vibrantes instrumentos de percussão se casava com o vigor, a malícia e a sensualidade extravasados na surpreendente coreografia corporal dos seus batuques e sambas.

2 – A música religiosa em Batatais

A economia de Batatais esteve durante muitos anos embasada na agricultura, criação de gado bovino e suíno. Nessa ocasião, a população urbana era bem menor do que a rural. Tendo a região sido habitada nos seus primórdios pelo gentio caiapó e depois recebido um acréscimo do negro africano para a rude faina do campo, é claro que a sua música deva ter sofrido a influência dessas duas culturas, somadas à do branco. Infelizmente, aqui, como em outras regiões, pouco ou nada ficou registrado. O que sabemos foi guardado pelo nosso cronista maior, Jean de Frans:

“Era comum em outros tempos, por ocasião do Anno Bom e Reis, a dança dos cayapós, um bando de homens fantasiados grotescamente de índios...”

A dança dos moçambiques, quase sempre por ocasião da festa do divino, não durou muito. Era uma dança de pretos, vestidos de camisolões brancos, trazendo nos tornozelos pequenas latas com pedregulho e que eles agitavam nos seus sapateados característicos. Paravam às portas das principais casas, cantando umas coisas monótonas, que ninguém compreendia, como:

a menina de Deus

já nasceu,

e era-lhes vedado o ingresso na igreja.

Outra dança de pretos, muito popular, era a congada. No Natal, o bando, numeroso, abrindo alas, aparecia a paisana, saracoteando loucamente numa dança bárbara, ao som de adufes (pandeiros), caixa e violas, levando em charóla o rei”. (sic). (1939, p. 57).

...“A congada, com exceção dos violeiros, era facultada a entrada na igreja e seus componentes manifestavam particular devoção por Nossa Senhora do Rosário”. (sic) (p.58).

Sendo Portugal um país católico, sua colônia tinha que ter no catolicismo a sua religião oficial. Isso perdurou quando já éramos um país independente e só a República é que viria a separar a Igreja do Estado.

Em textos escritos por Jean de Frans em jornal (1944) e em livro (1939, págs. 50 e 55), vê-se que as bandas de música aqui

existentes, como a do Garcia, do mestre Leonardo e a Euterpe Batataense, tocavam na Igreja e tinham inclusive coro, sob a responsabilidade do regente ou do diretor da Banda. No número 01 da Revista AMICUS encontramos foto da Banda Euterpe Batataense de 1899, em que aparece sentado o Sr. Francisco José da Costa Machado, como mestre-capela. O que viria a ser o mestre-capela?

Na Europa, não só dentro das igrejas e capelas, mas também nos palácios da nobreza - onde a música exercia papel preponderante -, o mestre-capela era o músico responsável por toda a atividade musical: composição da música para as cerimônias, o ensino do “solfa” (solfejo), o preparo dos músicos, o ensaio dos corais e a criação de números musicais para as liturgias e festas da Igreja. Em algumas localidades, poderia também ter escola de música. Daí se poder concluir que o depois nomeado coronel pela Guarda Nacional, Ovídio Tristão de Lima, fosse o mestre-capela da Matriz nos primeiros anos do século XX.

“Filho mais velho de Joaquim Tristão de Almeida e de Dona Maria Cândida de Almeida, nasceu em São Gotardo, Minas Gerais, em 31 de outubro de 1870. Chegou à cidade de Franca com dois anos de idade. Faleceu em 1955, em Batatais.

Seu pai nascido em São Sebastião do Pouso Alegre, hoje São Gotardo, em 24 de abril de 1844, era jovem maestro quando foi para Franca contratado pelo fazendeiro francano Joaquim Severo da Costa, para lecionar música e orquestra na cidade. Organizou um conjunto com seus discípulos com o nome de ‘Filarmônica Tristão’. Esta banda de música tornou-se famosa, executando peças folclóricas, populares, clássicas, e óperas. Realizava concertos públicos ou particulares. Com seu brilhante quadro de cantores se fazia presente em festas religiosas e missas cantadas. Nas noites enluaradas fazia serenata com um trio composto de clarineta, violino e violão. Era um nome querido em Franca e sua fama ia além das fronteiras.” (Ferreira, 1976, p. 41).

Seu filho Ovídio veio para Batatais nos fins do século XIX, como cartorário que era. Como o pai, era músico de qualidade, tendo sido regente da Banda Euterpe Batataense. (Frans, 1944).

Casado com Adelaide de Azevedo Lima, teve os seguintes filhos, nascidos em Franca: Maria Lima Ordine (Maricota), Francisco Tristão de Lima (Chicó), Ovídio Tristão de Lima Júnior, e Geraldo Tristão de Lima, nascido em 1905, em Batatais.

Exercia as funções de mestre-capela na Igreja do Bom Jesus da Cana-Verde, onde, por solicitação de sua esposa, que era presidente da Congregação do Sagrado Coração, sempre compunha músicas novas para as diversas liturgias e festas religiosas. Gostava de dar a si mesmo o apodo "bumbeiro de São Gotardo", ou então, "velho mineiro da Mata-da-Corda".

Sendo todos os seus filhos músicos, formaram uma orquestra, na qual havia três violinos, tocados por Francisco Tristão de Lima (Chicó), Francisco Faggioni (Chiquinho) e Dora Carnevalli. Ovídio Tristão de Lima Jr. tocava violoncelo, Geraldo Tristão de Lima, piano e órgão, Guerino Faggioni tocava flauta, Manuel (Neca) Covas, flautim. Além de tocarem na Matriz, tocavam no Theatro Santa Cecília e no São Carlos. Neste último teatro, veio a tocar, mais tarde, a orquestra do maestro Alberto Perroni, da qual participaram, além desse próprio maestro, o maestro Protásio Thomaz de Carvalho, que tocava preferencialmente piston, Francisco Perroni, tocando trombone, Ozório de Paiva Moratto, que era clarinetista e José Moratto (Juca do Rufino), tocando contrabaixo.



Cel. Ovídio Tristão de Lima



A partir da esquerda, em pé: Guerino Faggioni e Francisco T. de Lima.
Sentados: Ovídio T. de Lima Jr. e Geraldo T. de Lima

A filha do Cel Ovídio, Maria, era pianista e professora de piano. Casou-se com o Sr. José Ordine, proprietário da "Casa da Mangueira", situada na Praça Cônego Joaquim Alves, esquina com a atual Celso Garcia. Depoimentos nos dizem que algumas pessoas tinham por hábito ficar debaixo de velha mangueira existente na Praça, para ouvir os sons melodiosos que "Dona Maricota" extraía de seu piano...

Sucederia a Ovídio Tristão de Lima, como mestre-capela da Igreja Matriz, o já citado maestro Alberto José Perroni, nascido em Franca, no ano de 1888, filho de Antônio e Maximina Perroni. Em Batatais adotou a profissão de alfaiate, além da de músico. Casou-se em 13 de fevereiro de 1909 com Elisa Dal Secco, pertencente à família de músicos que tocavam, na sua maioria, na Banda Euterpe Batataense.

Alberto Perroni regia sua orquestra na Igreja Matriz, compunha músicas, comandava o coro e tocava o órgão, um antigo órgão de manivela, só substituído por outro moderno (para a época...), no ano de 1953, com a inauguração das telas de Portinari.

Ao tempo em que Monsenhor Joaquim Alves Ferreira foi pároco da Matriz, não era dispensado o auxílio da Banda de Música Euterpe Batataense, que tinha seu lugar assegurado nas procissões e festas paroquiais. Após 1946, com o falecimento de Monsenhor Joaquim, a orquestra, que tocava dentro da Matriz, não mais se ouvia; somente o órgão, muitas vezes tocado pelo professor José Carlos Cintra, que também regia o coro.

3 – A música popular

Cabe aqui um parêntese para reafirmar o interesse grande que os imigrantes, principalmente os italianos, tinham pela música, sendo que eles próprios e também seus filhos dedicavam-se ao estudo dessa arte. Juntamente com aqueles imigrantes interessados na agricultura, vieram para cá, tentando "fazer a América", outros tipos de profissionais e, dentre eles, professores de música que, juntando-se aos músicos, na maioria mineiros, que aqui já estavam, levam a concluir que Batatais, nos velhos tempos, foi rica em cidadãos aptos a fazer com que a população pudesse gozar as delícias de uma boa música, quer de bandas ou orquestras, quer dos conjuntos musicais que tocavam nas casas de família.

JOVENS ESTUDANTES DE MÚSICA, FILHOS DE IMIGRANTES ITALIANOS



Francisco (sentado) e Guerino Faggioni (em pé) (Foto de 1918)

Como destaque, temos ainda o caso da família Covas, cujos componentes se sobressaíam por gerações no campo da música, e da qual temos o depoimento do Sr. Nelson Covas:

"Sou filho de Jerônimo Covas e Thereza Carnevalli Covas. Minha mãe era filha de italianos. Ela nasceu em Batatais em 06 de janeiro de 1895. Seu pai era Ezequiel Carnevalli, que tinha uma alfaiataria na Praça Cônego Joaquim Alves, esquina com a atual Rua Dr. Leandro Cavalcanti. A propriedade era imensa e eles moravam lá. Quando Thereza e suas duas irmãs, Dora e Maria,

eram pequenas, foram de Batatais para a Itália, onde ficaram seis anos. Quem ensinou minha mãe e tias a tocar foi um senhor que vinha de Jardinópolis, chamado Salvador Prinsivalli.

O pai de meu pai era espanhol de Ponte Vedra. Quando veio para cá, juntou-se a uma índia com quem teve filhos. Minha tia mais velha já havia nascido, quando foram para a Espanha e lá casaram-se. Depois voltaram e aqui, em 16 de julho de 1892, nasceu meu pai, Jerônimo Covas, que foi músico da Banda Euterpe Batataense. Ele deve ter aprendido a tocar com o maestro Rufino, que ensinava a quem queria aprender. Essa Banda tocava, como até hoje, no coreto da Praça. Em nossa casa, quando meu irmão mais novo estava nascendo, papai ouviu a Banda tocar a música "Edmundo de Amicis" e disse: - 'se for homem vai se chamar Edmundo'. Dito e feito. Mas, seis meses depois, papai foi pescar, pegou uma pneumonia e morreu. Tinha só 35 anos...

Quando eu era menino, na Praça do Dr. Jorge havia um laguinho cercado com arame. Eu pulava lá com outras crianças para brincar. O dono da Banda Santa Cecília, o Astolpho Faria, era fiscal da Prefeitura e punha os meninos para correr...Eu, mais tarde, vim a tocar nessa Banda e também na Euterpe Batataense, que ajudei a restaurar.

Um dia fui na Igreja das irmãzinhas e elas me convidaram para tocar a Ave-Maria na flauta. Fui e levei mamãe comigo. Eu e ela passamos a tocar lá. Mamãe tocava violino. Ela tocou nas orquestras do Cinema Polyteama, que ficava no Castelo, e no Cine Santa Helena.

Até hoje guardo com muito carinho este bandolim italiano que pertencia a ela. Gostávamos de tocar juntos e com outros músicos. Tocávamos nas festas de família e em grupos de amigos, conforme a senhora pode ver nesta foto. Meu filho, Luiz Carlos Covas, também tocava. Formávamos um belo trio..."

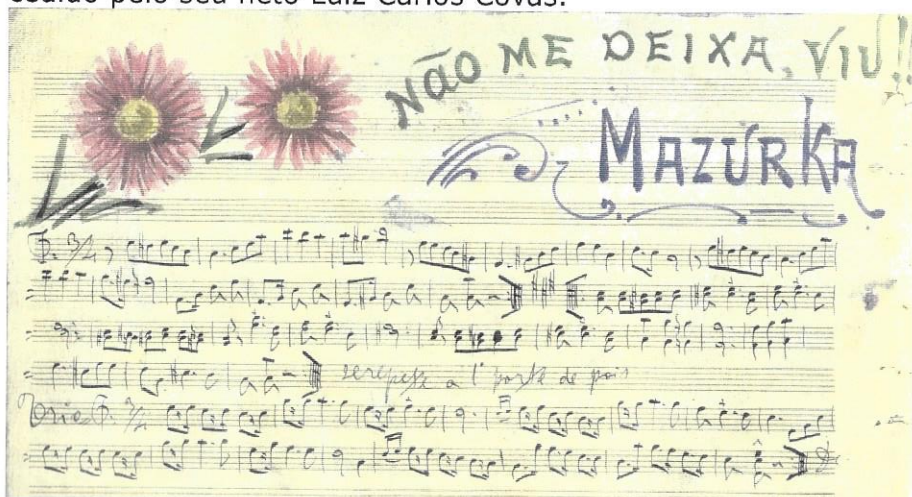
O violino em que Thereza tocava está de posse de seu filho Olavo, em excelentes condições, e na parte de dentro tem gravado: "Laurentius Storioni. Fecit Cremona 1767".

4 – As partituras musicais

Quanto às partituras musicais, Schlochau (1955, p. 94-5) registra que estas já eram vendidas em estabelecimentos comerciais desde fins do século XIX. Dentre as grandes editoras voltadas a essa atividade, destaca-se a Buschnabb & Guimarães, que, iniciada em 1881, já em 1897 atingia um número de publicações superior a 3.500. Predominava a música de salão e teatro musicado, de compositores brasileiros, como Henrique Alves de Mesquita, Chiquinha Gonzaga, Ernesto Nazareth e Anacleto de Medeiros. Dentre as diversas coleções que apareceram, destacam-se: Divertimento Musical, Recreio de Salões, Flores do Baile, Noites Alegres e Sucesso dos Salões. Em 1893, a Editora Napoleão & Cia. tinha um acervo de 7.000 peças publicadas.

Em São Paulo, destacou-se de imediato a Casa Levy, pois esta já publicava, desde 1892, partituras de música sertaneja, de dança, hinos, marchas, atingindo mesmo centenas de publicações. Registre-se ainda a Casa Sotero, que em 1915 iniciou sua publicação de músicas, sobretudo do gênero sertanejo, canções populares e operetas.

Músicos houve em Batatais que faziam às editoras suas solicitações por carta e depois recebiam as esperadas partituras pelo Correio, via Mojiana. A maioria, porém, tinha cadernos destinados a esse fim, cujas partituras eram escritas com caneta, como mostramos abaixo, exemplo extraído do primoroso álbum pertencente à Senhora Thereza Carnevalli Covas e gentilmente cedido pelo seu neto Luiz Carlos Covas.



Página de álbum de partituras, pertencente à violinista Senhora Thereza Carnevalli Covas
34 AMICUS - Batatais-SP - ANO II - Nº 3 - Maio 2001

O senhor Rinaldo Pesenti disse-nos, porém: "O Herquinho (Hércules Olivieri) ouvia as músicas no rádio e passava depois para o papel, para nós. A gente então decorava... Havia, porém, músicos que não dispensavam a luz de um lampião para fazer serenatas, pois eles só tocavam lendo as partituras. Era o caso do professor Armando Barbirato e sua inseparável flauta..."

5 – As serenatas

A lua e o céu estrelado devem ter sido sempre motivo de encantamento para a humanidade, provavelmente sentindo-se diminuta diante de tanta imensidão e tamanha beleza. A música sempre foi uma forma de expressar os sentimentos que iam na alma do homem atônito e encantado...e mais ainda quando enamorado.

A viola, o violão e a flauta, mais tarde acompanhados de instrumentos mais elaborados, foram os fiéis companheiros dos seresteiros e de suas "serestas", pois era assim o nome que recebiam no Estado de São Paulo. No Rio de Janeiro eram chamados "chorinhos", embora aqui também tenha se usado essa expressão. Vimos em Jean de Frans: "...o Janguinho, que tocava na Banda do Garcia e que participava do "chorinho" que o pai organizava para os bailes e assustados tão comuns naquela época." (1944). "Assustados" era o nome que se dava aos bailes de improviso, geralmente feitos nas casas de família.

Nascidos em Batatais, no segundo decênio do século XX, o Sr. Hércules Olivieri (Herquinho), músico aposentado, e o Sr. Rinaldo Pesenti, funcionário municipal, também aposentado, contaram-nos um pouco daquilo que viveram e da música que fez parte de suas vidas desde a mais tenra juventude.

Os músicos geralmente aprendiam com outros músicos, que devagar iam passando para os iniciantes a sua arte. Depreende-se, porém, que tudo dependeu de muito esforço pessoal e insistência para que conseguissem o seu objetivo, tanto que, na maioria das vezes, acabavam por tocar mais de um instrumento, algumas vezes tendo aprendido sozinhos.

O Sr. Rinaldo Pesenti mostrou - nos esta foto e contou - nos:

GRUPO DE SERESTEIROS - INÍCIO DOS ANOS 50



A partir da esquerda, em pé: Custódio Martins de Barros, Electro Bonini, menino Clóvis Junqueira Barros, André Ricci Pippa, Rinaldo Pesenti, Nelson Covas, Thereza Carnevalli Covas, Luiz Carlos Covas, Hércules Olivieri, Laurindo (Laurindinho) Simões, Benedito Pedrosa. Sentados: Ascendino Guimarães, Otávio Montana, José Ignácio Neto, João Nogueira.

"Nasci em 1914, em Batatais. Sempre morei na Rua Sete de Setembro. Quando comecei a tocar, tínhamos um conjunto chamado "Pega Orelha", formado pelo Tonico do Pedro Antonio (Antônio dos Reis), Hércules Olivieri (Herquinho) e o Benedito Lopes. Eu tocava violão naquela época. O conjunto tinha esse nome porque a maioria era iniciante e tocava de ouvido. A exceção era o Tonico do Pedro Antônio, que era músico exímio, pois tocava muitos instrumentos. Era violonista, formidável.

Havia também o conjunto "Preto e Branco", com os mesmos componentes do conjunto anterior, só que tinha o Olívio Matos (o pretinho).

O local bom para se fazer serenata era na frente da antiga fábrica de chapéus que havia na Praça Dr. Fernando Costa, no Castelo. De lá, nossas vozes se ouviam por quase toda a cidade, já que esta era bem pequena.

Tocávamos de preferência valsas, como: 'Último Beijo', 'Rapaziada do Brás', 'Rapaziada do Bom Retiro', 'Olhar que fala', e outras. As pessoas gostavam muito e na maioria das vezes arrancávamos lágrimas dos seus olhos. As músicas lhes falavam tanto ao coração, que abriam as portas das suas casas. Às vezes nos ofereciam café e quitutes.

Um incidente aconteceu em 1932. Como São Paulo estava abalado pela revolução constitucionalista, era proibido fazer serenata sem ordem expressa da polícia. O Braguinha, o Guilherme Fantacini e eu estávamos tocando numa casa situada na Rua 21 de Abril, hoje 15 de Novembro. Íamos iniciar a segunda parte da valsa denominada Lágrimas Sentidas, quando dois guardas da Polícia Militar apareceram solicitando o Alvará para a realização da serenata. Faltei com a verdade dizendo que tinha ordem verbal do Sargento Altino de Araújo, que era o comandante do destacamento militar.

- Então, vamos até a casa do sargento para ver se ele confirma o que vocês estão dizendo, disse-nos um dos soldados.

Com o coração pulsando acelerado, lá fomos nós rumo à casa do sargento. No meio do caminho - vendo nossa aparente tranqüilidade -, os soldados nos disseram:

- Bem, se vocês têm ordem verbal do sargento, podem continuar a serenata.

Imediatamente nos dispersamos. No dia seguinte, encontrando o sargento - que era meu grande amigo -, ele me disse:

- Nesta madrugada, fizeram serenata sem minha ordem. Os soldados deveriam ter prendido os rapazes. Não sei por que não o fizeram... Ouvindo essas palavras, não contive o riso. Diante disso ouvi a merecida reprimenda:

- Não faça mais isso. Quando quiser fazer serenata, me peça licença, que eu a darei por escrito.

Além de valsas conhecidas, tocávamos aquelas de nossa própria autoria, como a que fiz em 1932, para a que seria depois minha esposa e que leva seu nome: 'Aparecida'. Outra fiz em homenagem à mulher do Rômulo Trevisani: 'Rosemari'. Tenho também 'Luar de Batatais'.

Estas três estão gravadas num long-play, juntamente com outras músicas. Estão: de Alfeu Ribeiro, 'Cida'; de Armando Barbirato, 'Lago Adormecido'; de André Ricci Pippa, 'Recreativa'; de Hércules Olivieri, 'Dirce Glória', em homenagem a sua segunda esposa, e 'Amor Perdido'. De Sérgio Lauratto, temos: 'Rose', 'Alzirinha', em parceria com Paulo Mélega, e 'Estou Envelhecendo', em parceria com Hélio Lauratto. De Rômulo Trevisani, temos 'Adorama'.

No compacto temos: de Hércules Olivieri, 'Caricy'; de Achilles Drosghic, 'Caetaninha'; e de Sérgio Lauratto, 'Pé de Chinelo'.

Escrevi também a valsa 'Batatais de Outr'Ora' e 'Gina', em homenagem à filha do ex-prefeito Salim Mansur, que nos ajudou muito para a realização desses dois discos, gravados na sua gestão (1989-1992). Esta música, bem como a valsa 'Luar de Batatais', têm letra de Pedro Lázaro Teixeira."

O Sr. Hércules Olivieri (Herquinho) disse -nos ter aprendido a tocar lendo partituras com o músico Manuel (Neca) Covas, que, como ele, trabalhava numa oficina de fabricação de calçados no bairro do Castelo. Além de tocar vários instrumentos e ser conhecido pelos seus contemporâneos como um "gênio da música", graças às suas múltiplas e inatas habilidades nesse campo, não só como executante, mas também como professor, é ainda um fértil compositor, tendo escrito aproximadamente oitenta peças musicais. É dele que escolhemos a letra do tango "Amor perdido", que escreveu após o falecimento de sua primeira esposa e que é bem ilustrativa daquela época. Vejamos:

AMOR PERDIDO

Música de Hércules Olivieri
Letra: Fausto Bellini Degani

Só Deus quem sabe quanto
Tenho padecido,
Neste mundo
Cheio de desilusão.

Há quanto tempo
Tu partiste, meu amor
Deixando triste o
Meu pobre coração.
Em nossa casa ficou um pequenino ser
Recordação daquele nosso
Grande amor.

Hoje é a alegria
Que tanto me faz viver,
E pouco a pouco aliviando
A minha dor.

E lá no céu, onde estás
Junto de Nosso Senhor
Abençoando este lar
Que ainda é só nosso
O' linda flor...

Sempre contigo estarei
Em pensamento,
A recordar nossos momentos
De alegria e amor

E o meu canto se finda
Ao som do meu violão
E uma prece ainda
Elevo a Deus com devoção.
E o ser que deste a mim
Consola, dá alegria de viver,
Para o meu coração.

Encontramos na "Segunda edição especial comemorativa do Centenário de Batatais", de O Jornal e Folha de Batataes - de 23/03/1939, no acervo do Museu Histórico e Pedagógico Dr. Washington Luís, a poesia que abaixo transcrevemos, escrita em 1915, por Antônio Nogueira Braga, que era violinista e autor da letra do Hino a Batataes, cuja música foi escrita pelo Major Antão Fernandes e apresentada à cidade, por ocasião dos festejos de 14 de março de 1939, quando foi comemorado o 1º centenário da elevação de Batatais a Vila.

A SERENATA

Antônio Nogueira Braga

Noite calada e erma. O céu é azul e enorme,
Ao longe latem cães, a perturbar, de quando
Em quando, a doce paz que paira, soluçando,
Por sobre Batataes que languidamente dorme.

Há mysterios pelo ar. Canta a brisa gemente.
Há sonhos mil de amor nas alcovas dormidas.
O velho campanário, em notas doloridas
A meia noite soa paulatinamente.

Pelo espaço, à surdina, ouve-se a serenata
Que uma valsa em menor soluça tristemente
Enquanto a lua cheia, como neve albente
Sobre a cidade verte lagrimas de prata.

6 – Os jazz

No início dos anos 30, Batatais havia de ser tomada pela febre dos jazz-band, forma de tocar americana que havia chegado ao Brasil já no início do século XX, quando se começa a disseminar a forma mecânica de gravações musicais, feitas primeiro em cilindro e depois por disco.

É Tinhorão quem registra:

“Para reproduzir tais gêneros musicais da forma mais próxima com que soavam em seu país de origem, os músicos brasileiros foram levados a adotar o tipo de formação orquestral a eles ligado, o chamado jazz-band, o que obrigava a importar o instrumento básico: a bateria compacta inventada pelos negros do Sul dos Estados Unidos, à base de caixa, surdo, pratos e bumbo com pedal, o que permitia diferentes efeitos sonoros conforme o emprego de baquetas ou vassourinhas metálicas de percussão.” (1998, p. 252).

Os jovens músicos batataenses também se adaptaram à nova forma de tocar, pelo menos no uso da bateria. Mas aqui, como em outros lugares, os sons que embalavam os pares dançantes eram ainda os dos sambas, valsas, polcas, tangos, boleros, rumbas, mazurcas e maxixes.

Temos abaixo fotografia de um dos primeiros conjuntos de jazz batataenses, cuja data de criação (1929 ou 1931) e nome são controvertidos. Sabe-se, porém, que foi criado por José Lopes de Siqueira, que, é lógico, tocava bateria.

É interessante notar a aparência extremamente jovem dos seus figurantes. Ontem, como hoje, os jovens eram atraídos pelas novidades musicais...



A partir da esquerda, em pé: Otávio Faria, Waldemar Tostes, Guilherme Fantacini, Guerino Faggioni.

Sentados: Fausto Bellini Degani, José Lopes Siqueira, Antônio dos Reis (Tônico do Pedro Antônio).

Fotografia: acervo Museu Histórico e Pedagógico Dr. Washington Luís – Batatais.

Havia três grupos de Jazz, concomitantes, no dizer do Sr. Rinaldo Pesenti: “O Paulista, o Trianon e o Ideal”.

Segundo o Senhor Hércules Olivieri:

“O Jazz Paulista era formado por Raphael Faraco, que depois saiu para ir trabalhar no Banco Scatena, Adriano Pelá e eu tocávamos saxofone, José Lopes Siqueira (bateria). Este tocou por alguns anos, mas depois, por motivo de trabalho, saiu. Entrou o Yolando Morato (Biluca), também tocando bateria. Márcio Jacinto (piston), Antônio dos Reis, o Tônico do Pedro Antônio, (piston), Fausto Bellini

JAZZ IDEAL - 1934



A partir da esquerda, em pé: Braguinha, Rinaldo Pesenti, Raphael Faraco, Ernesto Nori, Silvano Masson, o menino Márcio, Geraldo Dal Secco e Antônio Jacinto. Sentados: Zico Presenti, Yolando Morato (Biluca) e Tião Carretão.

JAZZ PAULISTA no Natal de 1936 – Clube XIV de Março



A partir de esquerda, em pé: Mário Jacinto, Alcebiades, Otávio Faria, André Ricci Pippa, Geraldo Tristão de Lima, Hércules Olivieri. Sentados: José Machado, Yolando Moratto (Biluca), Adriano Pelá.

Degani, que tocava cello-banjo. Este instrumento era redondo, revestido de couro, bem esticadinho, que dava um som bonito, opaco, mas forte. Geraldo Tristão de Lima (piano), o Senhor Alcebiades (trombone). André Pippa que era o diretor do Jazz e era um violinista e tanto. O André era formidável! Pregava o arco naquele violino e puxava todo mundo... O violino dava um aspecto romântico, embora não fosse coisa forte, dava um aspecto muito bonito... Nós mesmos, os músicos, nos sentíamos embalados pelas músicas... Tocávamos muito fox, samba, marcha, alguma rancheira, valsa, rumba. Algumas vezes tango, a pedido...

Soubemos da existência de outros jazz-bands, como o Odeon e o Guanabara. Além desses, teriam existido outros, dos quais sabemos que os integrantes se revezavam, mas, infelizmente, não temos maiores dados sobre eles. Cabe, porém, falar sobre aquele que teria sido o último jazz-band daqueles tempos. O Jazz Lopes, cujo proprietário era o Sr. Benedito Lopes, que nos contou ter sido irmão do famoso jogador de futebol batataense Zeca Lopes, e ainda:

"Quando acabou a copa de 38 na França, meu irmão me trouxe de lá um banjo e um saxofone que comprou de um seu colega, jogador do Corinthians. Comprei do Sr. Arthur Scatena uma bateria e um contra-baixo alemão, de três cordas, que pertencia à orquestra do antigo Cine-Theatro que ficava na Rua Coronel Joaquim Alves e que foi demolido há pouco tempo. Eu tinha tocado num outro Jazz do qual não me lembro o nome e que havia acabado. Formei o Jazz Lopes, onde tocavam entre outros: O Herquinho (Hércules Olivieri) e o Rinaldo Pesenti tocavam saxofone. O Geraldo Lopes tocava bateria. O Altino Lopes de Oliveira, contra-baixo. O Teodoro Olivieri, piston. O maestro Alfeu Ribeiro tocava trombone. Eu tocava cello-banjo. Tocamos muitos anos nos bailes da Operária, no Clube XIV de Março, na Sociedade Italiana e no Treze de Maio, que ficava na Rua Coronel Joaquim Alves, pertinho da atual Operária.

Este foi o último jazz-band que existiu em Batatais. Antes do jazz, eu tinha um "regionalzinho", com cavaquinho, violão e tamborim, que tocava nos bailinhos na casa dos amigos, só para divertir e assim continuei. Aliás, todos os componentes do jazz faziam a mesma coisa."

7 - A "Turma do Sereno"

Ainda com depoimento do músico Senhor Hércules Olivieri: "Apesar de grupos de serestas existirem há muito tempo, a chamada "Turma do Sereno" nasceu da orquestra da Pró-Arte. O nome foi dado pelo Fausto Degani, quando precisamos fazer uma apresentação no Cine São Joaquim e o conjunto, não tendo nome para ser anunciado, o Fausto Degani disse: "Turma do Sereno, pronto!" E ficou.

Eram muitos os músicos: André Pippa, Rinaldo Pesenti, Guilherme Fantacini, eu e meu irmão Teodoro, Dante Marianetti (violinos), Armando Barbirato (flauta), Fausto Degani (violão), Ditinho Carvalho (violão), Laurindo Simões-Laurindinho (cavaquinho) e o Alfeu Ribeiro (trombone). Era uma orquestra de mais ou menos dezesseis músicos. Tocava em aniversário, gente que chamava para ouvir. No aniversário da cidade a gente fazia serenatas. Tocávamos em muitas casas. Depois de tocar nela, montávamos no carro e íamos para outra casa.

O pessoal foi morrendo, e os outros, desanimando. Morreu Fausto Degani, o Ditinho Carvalho, o Guilherme Fantacini, o José Ignácio, que tocava violão, mas não era de acompanhar. Dava muito incentivo. Depois entrou o Rômulo Trevisani, o Sérgio Lauratto e o Paulo Mélega. Eu, o Rominho (que aprendeu acordeon comigo), o Paulo Mélega e o Rinaldo somos os únicos sobreviventes, embora existam músicos que costumavam tocar em participação especial, como o Édson de Jesus, que vinha de Altinópolis e que fabrica artesanalmente o seu bandolim, o Dr. Said e o Dr. Marcelino, que tocavam quando podiam, e outros mais, que vinham de fora..."

8 - Concluindo...

Pelo que acima ficou dito, verifica-se que o passado musical de Batatais, tanto na música sacra, quanto na profana, é dos mais fecundos. Certamente, os protegidos de Santa Cecília encontraram guarida em cinemas, teatros, clubes e estação de rádio, e com grande destaque na Sociedade Pró-Arte de Batatais, que, conforme o nome indica, foi criada com o objetivo de incentivar as mais variadas atividades artísticas.

Cuidadasas pesquisas são exigidas por assunto tão diversificado e com tão pouca documentação. É o que se procura fazer, para posterior divulgação, à medida que "o engenho e a arte" vierem em nosso socorro...

CARDOSO, Clotilde de Santa Clara Medina. The music in Batatais in the old times: sacred music and popular music. AMICUS, Batatais-SP, Ano 2, nº 3, p. 25-46.

ABSTRACT: The music played at the main church and the popular music of different phases of the old times are focused in this paper.

KEYWORDS: sacred music, popular music, musicians, scores, jazz-bands.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Mário de. *Aspectos da música brasileira*, Livraria Martins Editora/MEC, 2ª edição. São Paulo 1975. pág. 22.

FERREIRA, José Gonçalves. *História de São Gotardo*. Belo Horizonte. s.c.p. 1976. pág. 41.

FRANS, Jean de. *Bom Jesus da Cana Verde (Batataes de Outr'ora)*, s.c.p. São Paulo, 1939, págs.57/8.

Bandas de música. *O Jornal*. Batatais. 26/10/1944.-

MORAES, José Geraldo Vinci de. *Sonoridades Paulistanas, final do séculos XIX ao início do século XX*. Funarte Rio de Janeiro, Editora Bial, 1977.,pág. 74.

PAGANO, Letícia. *A música e sua História*. Ricordi Brasileira, 2ª edição, 1968, pág. 69.

SCHLOCHAUER, Quariguasy. *Música no Rio de Janeiro e São Paulo entre a proclamação da República e a primeira Guerra Mundial*, in *Cultura/Vozes* nº 6 ano 89, nov.dez. 1995.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As Barbas do Imperador. D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. Companhia das Letras, 2ª edição, 1999, pág. 222.

TINHORÃO, José Ramos. *História Social da Música Popular Brasileira*. Editora 34, São Paulo, 1998., pág. 252.

INTRODUÇÃO DO LEITE PASTEURIZADO NA CIDADE DE BATATAIS – PROBLEMAS E SOLUÇÕES

Ary Toledo MORAES*

RESUMO: Estratégias para a implantação do consumo de leite pasteurizado em Batatais, fundamentadas em experiências ocorridas no Estado de Mississippi, U.S.A.

UNITERMOS: Leite pasteurizado, mídia, germe, amostragem significativa.

1 – Introdução

A primeira cooperativa a vender leite pasteurizado na cidade de Batatais foi a COONAI (antigamente Cooperativa de Brodowski). Essa introdução foi limitada a alguns estabelecimentos e de uma maneira mais ou menos tímida.

Pode-se dizer que a verdadeira introdutora do produto foi a Cooperativa de Laticínios de Batatais – COLABA, em junho de 1971.

A partir desta data, a Colaba passou a fornecer leite pasteurizado a praticamente toda a população de Batatais.

Como se verá no decorrer deste artigo, o Centro de Saúde de Batatais e muitos outros órgãos de Secretaria de Estado da Saúde estão intimamente envolvidos com o problema do leite, dentre eles o Departamento de Educação Sanitária.

Tal fato propiciou a oportunidade da aplicação de algumas técnicas de mídia no setor de Saúde Pública, tal como recomendava o professor Dr. Felix Wonderwood, de Jackson, Mississippi, U.S.A..

Antes de descrever as experiências em Batatais, com o início da distribuição à população do leite pasteurizado da Colaba, convém recordar sucintamente algumas noções sobre a legislação relacionada ao leite, bem como resumir o curso do professor Wonderwood.

*Médico. Ex-Chefe do Centro de Saúde Dr. José Melo e Silva em Batatais. Ex-diretor do Departamento de Saúde da Grande São Paulo.

2 - Legislação

A lei brasileira estabelece que na cidade onde não existe usina de pasteurização de leite, o produto "in natura" pode ser comercializado no varejo para consumo da população, sem qualquer restrição. Porém, uma vez instalada na cidade uma usina de beneficiamento de leite, este só pode ser entregue ao consumo da população, após receber o beneficiamento.

Todavia, os produtores de leite residentes na cidade têm o direito de usar para consumo de sua família o leite proveniente de sua propriedade rural, sem sofrer o processo citado.

O "leite cru", mesmo que seja obtido de vacas controladas (comprovadamente sem brucelose, tuberculose, aftosa, etc.), em estábulos higienicamente aparelhados e operados, possui um número de germes acima do permitido pela legislação.

O que se deve entender por "leite pasteurizado"? É o leite que passa por este processo, é aquecido a mais ou menos 80° C e em seguida resfriado de maneira brusca. Com essa manobra, os germes (principalmente da tuberculose e os que podem provocar certos processos diarréicos, etc.) são eliminados.

No Brasil, usa-se muito ferver o leite antes de consumi-lo. Com isso também são mortos esses mesmos germes, mas se destroem certas enzimas e vitaminas que são muito importantes para o organismo humano, além de modificar o sabor do produto.

Quando o processo de pasteurização é bem conduzido, não há necessidade de ferver o leite antes do consumo.

Ainda de acordo com a legislação vigente, o leite pasteurizado é classificado em três tipos principais: A, B e C. Essa classificação é baseada no número de germes por milímetro cúbico do produto. O leite tipo "A" é o que tem menos germes, sendo obtido de maneira mais sofisticada. É o mais caro. No tipo "C", o número de germes tolerado por milímetro cúbico é o maior, a ordenha pode ser manual, o estábulo e o transporte são feitos de maneira menos rigorosa. Naturalmente, o preço deste leite é o mais barato.

Qualquer que seja o tipo do leite pasteurizado, "A", "B" ou "C", ele não elimina um germe responsável pelo "azedamento" do produto, chamado "bacilo Ceres". Para que se possa diminuir o número desses bacilos no leite, há a necessidade de se elevar bruscamente o leite a uma temperatura em torno de 145° C e resfriá-lo rapidamente. Quando esse leite é imediatamente

envasado (colocado em caixas), livre do contacto do ar, ele recebe o nome de "Longa Vida", porque dura vários meses sem refrigeração. Porém, se o invólucro (caixa de papelão) for aberto, o leite deve ser guardado em refrigerador e consumido dentro de um tempo mais ou menos rápido, como acontece com leite pasteurizado. Isso se deve ao fato de que os bacilos Ceres, que normalmente existem no ar, passam a se desenvolver no leite.

3 - A implantação do consumo de leite pasteurizado no Mississippi

Figura exponencial na implantação do consumo de leite pasteurizado no Estado de Mississippi, o Professor Felix Wonderwood teve, nesse processo, participação que pode ser resumida da seguinte maneira: estudou Saúde Pública na Harvard University em Boston, U.S.A.. Ao receber seu título de pós-graduação de médico sanitário, foi considerado aluno distinto. De volta a sua terra natal, o Mississippi, candidatou-se e foi eleito Comissário de Saúde do Estado. Esse posto equivale mais ou menos ao de Secretário Estadual de Saúde, aqui no Brasil. Lá, esse cargo é de provimento por eleição direta (como ocorre no Brasil com deputados, senadores, etc.).

O Professor Wonderwood entendeu que deveria fazer alguma coisa de bom para a Saúde Pública do seu Estado, que pudesse ser anexada ao seu curriculum de forma a garantir sua reeleição no próximo pleito eleitoral. Ele imaginou que isso seria possível se obtivesse uma lei obrigando a pasteurização do leite em todo o território de Estado. Pacientemente, foi trabalhando essa idéia junto aos deputados estaduais de sua relação, até que um dia, um deles o procurou, dizendo que iria apresentar no Legislativo um projeto de lei, tornando obrigatória a pasteurização de todo o leite a ser consumido no Estado. Até aquela época, esse produto era vendido "in natura" ao consumidor, fosse diretamente pelo próprio fazendeiro produtor, fosse por organizações que recolhiam o leite nas fazendas, engarrafavam o produto e o distribuíam aos consumidores.

O projeto de lei foi apresentado ao Legislativo Estadual, sendo aprovado por unanimidade e imediatamente convertido em lei pelo Governador do Estado de Mississippi. Entretanto, houve uma intensa reação contra essa lei. A princípio eram apenas os que tiveram seus negócios com leite sustados de maneira violenta. Aos poucos essa "onda oposicionista" foi apoiada

pelos consumidores. Logo, a imprensa em todo o Estado estava "metendo a lenha" na lei. Outras tantas expressões como essas eram publicadas nos jornais diariamente.

Desnecessário dizer que outro deputado apresentou, em regime de urgência, projeto de lei, tornando sem efeito tal obrigatoriedade. Assim, a lei proposta pelo Professor Wonderwood passou a ser um documento morto. O Professor foi fragorosamente derrotado, mas ele soube tirar lição desse fracasso.

Posteriormente, quando o povo já havia esquecido esse incidente, ele conseguiu nova reeleição. Agora ele tinha em mira fazer com que todo o Mississippi consumisse espontaneamente o leite pasteurizado.

Imediatamente após a reeleição, começou a pôr em prática uma série de pesquisas, as quais foram minuciosamente estudadas durante a semana que durou o curso de aprendizado sobre mídia no consumo de leite.

Com os dados dessa pesquisa, foi montado um programa objetivando mudar a opinião da população para não só aceitar, mas também exigir a pasteurização do leite; essa mudança de opinião devia ser pela recusa em comprar leite cru, não pasteurizado.

Ao finalizar sua última aula, o professor disse: - "Não existe no Estado lei obrigando a pasteurização do leite. Eu me comprometo a dar US\$ 100.000 por 'quarter' (medida de volume) de leite cru que os senhores conseguirem comprar em qualquer varejista de leite em todo o Estado. Vou mais além: é provável que, se um dos senhores solicitar da balconista da 'drugstore' da esquina que ela lhe venda um copo de 'raw milk', ela não saiba o que está pedindo."

4 – Implantação do leite pasteurizado em Batatais

Quando a Cooperativa de Laticínios de Batatais – COLABA passou a pasteurizar o leite, a situação criada foi em alguns aspectos semelhante à do Mississippi.

Existia uma lei impedindo que o leite não pasteurizado fosse colocado à venda no varejo. Mas o impacto da proibição era mais localizado e se limitava à cidade de Batatais, forçando a implantação de um "oligopólio" do leite pasteurizado, no qual ela seria, sem dúvida, a grande parceira. De outro lado, pequenos produtores de leite, para valorizar um pouco mais o seu produto,

se dispunham a vendê-lo de porta em porta, mas teriam, de acordo com a legislação vigente, que modificar seu ramo de negócio e entregar seu leite em uma usina beneficiadora, antes de distribuí-lo aos fregueses. No meio desses dois pólos de pressão, o Centro de Saúde tinha por responsabilidade fazer cumprir a lei e também convencer a população dos benefícios da pasteurização do leite. Esse último ponto era crucial. Inúmeras solicitações pedindo compra de leite "in natura" chegavam diariamente ao Centro de Saúde, algumas delas de grande projeção social.

Tentei pôr em prática aquilo que havia aprendido nos Estados Unidos, quando fiz o curso com o Professor Underwood. Solicitei da Inspeção de Educação Sanitária do DRS-6 (sede em Ribeirão Preto) e da Coordenaria do Serviço da Comunidade-CSC e ao Departamento de Educação Sanitária da Coordenadoria dos Serviços Técnicos Especializados (essas duas últimas entidades em São Paulo), para auxiliarem na pesquisa da opinião pública, visando à boa aceitação do leite pasteurizado.

O objetivo da primeira fase dos trabalhos foi estabelecer quais meios de divulgação (entrevistas, cartazes, folhetos, rádio, jornal, etc.) tinham maior poder de penetração na população. Foi feita uma amostragem significativa da população de Batatais, da qual se indagaram suas preferências com relação a cada um dos meios de transmissão das informações. Antes de fazer o trabalho de rua, os funcionários do Centro de Saúde foram treinados como proceder para fazer a coleta de dados da amostragem. Esse aprendizado esteve a cargo da Inspeção de Educação Sanitária da Regional de Ribeirão Preto.

Os dados obtidos foram analisados e chegou-se às seguintes conclusões, válidas para aquela época:

a) O *Jornal* (semanário) editado em Batatais tinha pequena penetração. Ele era lido por pessoas das classes A e B.

b) Os jornais de São Paulo e Ribeirão Preto também tinham pequena possibilidade de serem lidos como veículos de divulgação para os fins que se tinham em vista. Apenas os elementos da classe A liam jornais de São Paulo e de Ribeirão Preto rotineiramente.

c) A emissora de rádio local em A.M. tinha boa audiência. Talvez proporcionalmente fosse maior que as de Ribeirão Preto, São Paulo e Rio de Janeiro. A preferência pela A.M. era maior do que por onda curta. Essa predileção talvez fosse devida ao fato de que a maioria dos receptores eram de A.M. Os anúncios de

pequena duração, repetidas vezes, provavelmente dariam melhores resultados do que palestras. Os "scripts" curtos e chamativos pareciam agradar mais que grandes declarações sobre a pasteurização.

d) O uso de revistas parecia ser impraticável.

e) O emprego de cartazes não despertou muito interesse.

f) Conferências, aulas e similares não despertaram maior atenção. Os entrevistados tiveram certa aversão a palestras, conferências e mesmo aulas, quando eram administradas com caráter formal. Entretanto, um "bate-papo" (conversa informal) se mostrou altamente receptivo. Não se estava enganado ao classificar essa modalidade como a que oferecia melhores resultados. De um modo geral, o entrevistado mostrava-se receptivo, descontraído, apresentando com frequência todas as duas dúvidas sobre o assunto. Foi o que deu melhor resultado prático, embora fosse de difícil aplicação pelo pequeno rendimento quanto ao número de pessoas trabalhadas por dia. Mas se deve considerar que apresentou um resultado final "em cascata".

MORAES, Ary Toledo. The introduction of the pasteurized milk consumption to the population of Batatais. AMICUS, Batatais-SP, Ano 2, nº 3, p. 47-53.

ABSTRACT: The introduction of the pasteurized milk consumption to the population of Batatais.

KEYWORDS: Pasteurized milk, media, microbe, significant pattern.

FONTES

1 - Diário Oficial do Estado de São Paulo – Leis e portarias relativas ao beneficiamento, distribuição e consumo do leite pasteurizado.

2 - Comité Mixto FAO/OMS De Espertos em Higiene de Leche – terceiro Informe de Organizacion Mundial de la Salud – 1970 Serie de Informes nº 453.

3 - MORAES, Ary Toledo, Anotações sobre o curso de mídia do Professor Dr. F. Wonderwood, patrocinado pela Interamerican Affair, feito em Jackson, Mississipi, U.S.A, 1955.

4 - PFROMM Netto, S. Comunicação em Massa. São Paulo, Livraria Ploneira Editora, 1972.

"FAZER A AMÉRICA": SÍRIOS E LIBANESES EM ALTINÓPOLIS

Maísa Dassiê ROSA *

RESUMO: Resultados parciais de uma pesquisa de Mestrado, cujo principal enfoque é estudar a comunidade árabe de Altinópolis-SP, buscando analisar a trajetória de uma etnia até hoje pouco estudada pela historiografia. Abordagem voltada às relações familiares, à inserção sociocultural e atividades políticas e comerciais de uma imigração tipicamente urbana.

UNITERMOS: sírios, libaneses, imigração, comércio e cultura.

Durante o século XIX, atraídos pela pujança da lavoura cafeeira em desenvolvimento, pelas propagandas de enriquecimento fácil e oportunidades de riqueza na América, milhões de pessoas cruzaram o Atlântico, imbuídos do sonho de enriquecer. A esperança de conseguir terras fez da América um continente de ilusões para muitos imigrantes que viviam em estado de pauperismo no país de origem. Assim, a atividade agrícola, ligada à escassez de mão-de-obra, trouxe para o Brasil diferentes grupos étnicos, que hoje compõem a população brasileira.

Compatível com o espírito da abolição da escravidão, iniciou-se no Brasil uma linha de pensamento, na qual as elites pretendiam "branquear a população", e a imigração européia seria o caminho para tal proposta. Desse modo, o tipo ideal de imigrante era o europeu, cristão e agricultor; evidentemente o grupo árabe não se enquadraria nessa categoria. Uma série de preconceitos populares foi criada em torno da figura do imigrante árabe; eram depreciativamente chamados de "turco ladrão", "turquinho", "turco de prestação" e outras denominações que lhes causavam imenso dissabor.

A diáspora da Síria e do Líbano ocorreu por volta dos anos setenta do século XIX, causada por diversos fatores: a falta de liberdade política e religiosa, o estado de miséria causado por altos impostos e por um solo árido e erodido, pestes, etc.

*Licenciada em História e mestrada pela UNESP/Franca

A decisão de imigrar era tomada no âmbito familiar, os sírios e libaneses não vieram subsidiados pelo governo, vinham por conta própria, à procura de parentes e conterrâneos que já tinham "feito a América".

Os sírios e libaneses espalharam-se pelo interior de São Paulo, seguindo as ferrovias e os núcleos urbanos que começavam a se formar pelo sertão.

Em 1895, chegaram ao então Mato Grosso de Batatais, hoje Altinópolis, os três primeiros casais de imigrantes árabes. Abrão José veio da Síria casado com Inez Asse; José Miguel Cheda veio viúvo e casou-se em Altinópolis com Amasilia Garcia e, por fim, Miguel André e Zarife. A maioria dos imigrantes sírio-libaneses desta localidade é oriunda da aldeia de Al Muzeible, atual Al Muzaini, na Síria. Essa região é conhecida por Vale dos Cristãos e é formada por algumas aldeias, entre elas: Khreib, hoje Nassara, Al Muzeible, hoje Al Muzaini, Maxta-Helou, En Rara, Galetii, Aiun e outras. Poucas famílias são de origem libanesa, apenas algumas de Trípoli, Aidmun e Beirute.

A colônia¹ árabe altinopolense é descendente de dois varões: Ibrahim Abud, que gerou as famílias Abud, Calil e Mansur, e Ibrhaim Asse, que gerou as famílias Asse, Isaac, Salomão e Abrão, formando uma só descendência².

Em Altinópolis, os laços de conterraneidade e parentesco também constituíram fatores importantes na vinda para o Brasil, porém não podemos deixar de mencionar que a homogeneidade de origem contribuiu para o "sucesso" da imigração. A origem comum para os povos em diáspora passa a ser uma estratégia de integração, perante diferenças culturais e lingüísticas.

A colônia árabe em Altinópolis tem uma presença marcante ligada ao comércio, às atividades profissionais e à política, e em número considerável, se compararmos com outras etnias. Os dados abaixo mostram que o total de imigrantes árabes perfazia 4,66% da população urbana altinopolense, enquanto os italianos eram de 4,05%.

População Urbana dos Municípios do Estado de São Paulo: 1900-1939

	Brasileiros	Italianos	Espanhóis	Portugueses	Out. Nacional.	Syrios
Altinópolis	1622	73	7	11	2	84
%	90,16	4,05	0,38	0,61	0,11	4,66

Fonte: Boletim de Serviço de Imigração e Colonização do Museu da Imigração.

Os imigrantes árabes, ao chegarem, depararam com um sistema latifundiário e monocultor, ao contrário, em seu país de origem eram pequenos agricultores ou artesãos. Vieram sem grandes recursos financeiros e, portanto, não poderiam adquirir terras, optando então pela mascateação como um meio de ganhar dinheiro. A proposta inicial da imigração era enriquecer e retornar ao Oriente, no entanto, estabeleceram-se em negócio próprio e jamais voltaram.

Em Altinópolis, tal qual em outras localidades, a atividade comercial inicial dos patrícios foi a mascateação³. Essa atividade exigia pouco capital e aos poucos iam acumulando o primeiro pecúlio para abrir a tão sonhada "lujinha". Os mascates percorriam as fazendas com suas malas, às vezes a pé, outras montados em lombo de burros, vendendo ou trocando figuras de santos, armários, tecidos e bugigangas. Não tinham um preço fixo, vendiam pelo que o povo podia pagar e, muitas vezes, em troca de gado, ouro, café, borracha, outras mercadorias.

Nota-se nas palavras deste descendente:

"(...)papai chegou e foi mascatear, ele comprava as coisas pra vender na roça, ele ia em São Paulo, fazia compra, comprava só botão, agulha, linha, meias, essas coisas mais simples. Aí ele foi juntando, foi trabalhando e montou uma lojinha, aí começou vender bananas, bebidas, depois teve um armazém (...)" (João Abrão).

A figura do mascate, perspicaz e esperto, passa a constituir uma base para a formação da identidade coletiva do grupo étnico, aos poucos essa identidade foi sendo construída a partir do olhar do outro e adaptada ao novo ambiente.

De acordo com dados dos Livros de Contribuições de Impostos sobre Indústrias e Profissões de Altinópolis, que se encontram na Prefeitura Municipal, foram registrados entre os anos de 1901 a 1947, 108 comerciantes árabes, dos quais 15 não pertenciam a famílias radicadas na cidade. Tais registros ainda revelam uma homogeneidade no comércio árabe, que em geral era de secos e molhados, armarinhos e tecidos.

O autor Manuel Diegues Junior descreve uma típica loja árabe desta maneira:

"Os mostruários de bugigangas nas vitrines, as camisas dependuradas, os sabonetes suspensos por cordões, bolsas escolares, brinquedos de criança (...)

(...)as prateleiras com os tecidos, misturado com o açúcar, o café, o arroz, os doces, formando um colorido típico das "lujinhas" árabes."⁴

Aos poucos, as casas comerciais começaram a prosperar e, atraídos pela melhoria de vida dos primeiros imigrantes, muitos patrícios deixaram suas aldeias e rumaram para Altinópolis à procura de dias melhores. A solidariedade entre as famílias, ligada à origem comum, contribuiu essencialmente para o "sucesso" da imigração.

Tendo se firmado como comerciantes e alcançado uma ascensão econômica, os sírios e libaneses viam na educação dos filhos uma possibilidade de prestígio social. Para os pais, ver o filho doutor soava como uma compensação para uma vida tão árdua. Durante a década de trinta, um número considerável de descendentes árabes ingressou na Faculdade de Direito de São Paulo, na Faculdade de Medicina e na Escola Politécnica. Em Altinópolis, tal fato ocorreu, porém, sem tanta intensidade quanto na cidade de São Paulo, há ainda algumas famílias das quais nenhum dos filhos frequentou curso superior.

A partir da década de 30, com o fim da República Velha e do domínio da oligarquia cafeeira, muitos imigrantes passaram a almejar cargos políticos. Getúlio Vargas incentivou a ascensão política dos sírios e libaneses para servir de contraponto às famílias tradicionais, que ele considerava suas inimigas.

As primeiras gerações viam a política como algo distante, já que estavam preocupadas com o cotidiano e as estratégias de sobrevivência na nova terra, e, em 1930, seus filhos já estavam diplomados e interessados em subir na escala social e profissional.

Clark Knowlton ressalta que os patrícios formaram grandes lideranças locais e que a maioria dos políticos de prestígio saíram da região do Oeste Paulista, já que esta era uma região de população heterogênea, onde os sírios e libaneses tinham uma força econômica e social segura.⁵

Em Altinópolis, o primeiro descendente árabe a ocupar um cargo ligado à política foi Manir Antonio Calil, em 1935, membro do Diretório Municipal de Partido Constitucionalista. Somente em 1960 foi eleito Muzeti Elias Antonio, primeiro prefeito de origem síria em Altinópolis; tornou-se deputado estadual entre os anos de 1964/1968.

Trecho de um discurso proferido pelo então deputado Muzeti Elias Antonio, em homenagem a Altino Arantes, na Câmara dos Deputados:

"(...) Quando eu nasci em meu rincão natal, cujo sol brilha e aquece tanto, o então distrito de Mato Grosso de Batatais, era para felicidade minha parte integrante do município de Batatais,

cidade de nascimento do Dr. Altino Arantes, que como presidente deste Estado, assinou em 8 de Dezembro de 1918 a lei que emancipou política e administrativamente o meu distrito. E como foram sábios os homens maiores de Mato Grosso de Batatais, quando deram o nome de Altinópolis ao novo município nascente (...) Somos, portanto conterrâneos autênticos(...)"⁶

A colônia sírio-libanesa de Altinópolis galgou com êxito a proposta inicial da imigração, integrou-se à vida na cidade e hoje se consideram brasileiros e patriotas. Ressalvo que, ao longo das gerações, sua identidade não se perdeu totalmente, o imigrante, de um lado, aceitou elementos culturais que naquele momento eram indispensáveis à sua sobrevivência e transmitiu outros que se constatavam possíveis de aceitação pela sociedade receptora.

NOTAS

1 - COLÔNIA - é o conjunto de pessoas da mesma origem que convivem e atuam no âmbito da comunidade étnica.

2 - Tais dados se encontram na genealogia feita por Jorge Salomão Asse em 1985, na qual ele descreve com detalhes a presença das primeiras gerações. "A colônia árabe de Altinópolis: 1895-1985"

3 - É necessário acrescentar que não foram os sírios ou os libaneses os primeiros a se dedicarem ao comércio ambulante, e sim os gregos, os armênios e os judeus. No Brasil, esta atividade foi desenvolvida primeiramente pelos italianos e portugueses.

4 - DIEGUES JUNIOR, Manuel. *Etnias e Culturas no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976 p.146.

5- KNOWLTON, C. *Sírios e libaneses: Mobilidade Social e espacial*. São Paulo: Anhambi, 1960 p. 164.

6 - Palestra proferida no dia 29 de setembro de 1964. Fonte: Arquivo Particular do Dr. Altino Arantes no Arquivo do Estado.

ROSA, Máisa Dassiê. "Making the América": syrians and lebaneses in Altinópolis town. AMICUS, Batatais-SP, Ano 2, nº 3, p. 55-59.

ABSTRACT: Study on family relationships in an arab community. The social cultural insertion and political and commercial activities of a typically urban community.

KEYWORDS: Syrians, lebaneses, immigration, commerce and culture.

PREFEITO OU INTENDENTE, EIS A QUESTÃO

Walter CARDOSO*

RESUMO: Contribuições para o estudo da administração pública municipal: presidentes da Câmara, intendentes e prefeitos, até o ano de 1930.

UNITERMOS: Leis, Município, Estado, intendentes e prefeitos.

JUSTIFICATIVA

Em concurso público para o cargo de funcionário municipal, há alguns meses realizado nesta cidade, houve uma questão relativa a Prefeito Municipal. A mesma suscitou dúvidas e mesmo questionamentos, o que levou os responsáveis pela prova a anularem tal pergunta. Serenados os ânimos, parece oportuno prestar aqui alguns esclarecimentos sobre essa matéria.

1 - Período Imperial:

Após a Independência, a Constituição de 1824 determinava, em seu artigo 168, que as Câmaras fossem eleitas, compostas por vereadores e o que tivesse maior número de votos seria seu Presidente. Portanto, nenhuma referência a Prefeito ou Intendente.

Posteriormente, o Regimento das Câmaras Municipais, ou lei de 1º de outubro de 1828, passou a regulamentar a formação e funções das Câmaras. Estas, quando pertencentes às vilas, teriam sete membros e um secretário. A eleição desses membros passava a ser feita de quatro em quatro anos, no dia 7 de setembro. Os vereadores eleitos tinham que tomar posse no dia 7 de janeiro do ano seguinte. O chamado Ato Adicional de 1834, ao fazer algumas alterações na Constituição de 1824, apenas definiu a submissão das Câmaras às Assembléias Legislativas Provinciais (parágrafo 4º do artigo 10), mas também nada registra sobre a organização das Câmaras. Na verdade, assim como o Poder Central controlava as Províncias, nomeando seus Presidentes, estas

*Doutor em História. Professor orientador no curso de pós-graduação da UNESP, "campus" de Franca.

submetiam as Câmaras, através de legislação que lhes era imposta pelas Assembléias Provinciais.

No caso específico da Província de São Paulo, a dependência das Câmaras acentuou-se quando, pela Lei nº 18, de 11 de abril de 1835, criou-se, para a cidade de São Paulo e vilas da Província, o cargo de Prefeito Municipal. Este seria nomeado, suspenso e exonerado pelo Presidente da Província, competindo-lhe executar e fazer executar todas as ordens do Governo Provincial, transmitidas por portarias e instruções, bem como fazer com que as posturas fossem cumpridas. Era também de responsabilidade do Prefeito a observância do cumprimento das deliberações da Câmara, que obviamente não fossem contrárias às leis.

O cargo de Prefeito teve duração efêmera, pois a Lei nº 95, de 28 de janeiro de 1838, revogava a Lei nº 18, de 1835, que o criara. Portanto, Batatais não poderia ter sido administrada por Prefeito, pois sua emancipação - bem se sabe - ocorreu em 14 de março de 1839. Assim, em cumprimento à legislação em vigor, a primeira Câmara Municipal de Batatais instalou-se em 29 de agosto de 1839, constituída pelos vereadores Antônio Ferreira da Rosa (Presidente), José Luís Afonso Salgueiro, Joaquim Alves Ferreira, Antônio Alves Ferreira, Manoel Antônio Pereira e José Félix do Nascimento (Frans, 1939, p. 12).

Durante o Período Imperial, não ocorreram modificações de monta na composição e funções das Câmaras, mas apenas pequenas alterações, como aquela de 9 de janeiro de 1881, que alterou o número de vereadores. Possivelmente, a modificação mais importante que se fez foi aquela relativa à criação do cargo de Vice-Presidente da Câmara. Assim, em janeiro de 1887, quando foi dada posse à última Câmara de Batatais, eleita antes da Proclamação da República (para o quadriênio 1897-1890), elegeram-se para os cargos de Presidente e de Vice-Presidente, respectivamente o Capitão Francisco Arantes Marques e o Tenente-Coronel Manoel Teodolindo do Carmo.

Como a eleição fazia-se anualmente, aconteceu para o ano de 1888 a reeleição de Francisco Arantes Marques e Manoel Teodolindo do Carmo para os cargos que já vinham ocupando. O mesmo aconteceu em 1889, registrando-se então que Francisco Arantes Marques já tinha a patente de Tenente-Coronel. Claro está que, na ausência do Presidente, este sempre era substituído por seu Vice. É o que se verifica, por exemplo, nas sessões da Câmara de 14 e 15 de novembro de 1889, quando na ausência

de Francisco Arantes, assumiu a presidência Manoel Teodolindo do Carmo. Na sessão de 16 de novembro, na Câmara ainda Imperial, Francisco Arantes Marques retorna à presidência.

Finalmente, na sessão histórica de 17 de novembro de 1889, quando oficialmente Batatais aderiu à República, a Câmara foi presidida por Manoel Teodolindo do Carmo, embora Francisco Arantes Marques estivesse presente.

Pelo que fica registrado nas linhas acima, a administração municipal esteve a cargo de vereadores que, uma vez eleitos, escolhiam seu Presidente e Vice-Presidente. Não houve, portanto, o cargo de Prefeito ou Intendente.

2- Período da República Velha

Como costuma acontecer quando se mudam regimes políticos, fazem-se mudanças nos quadros governamentais. Assim vai ocorrer com o Governo da Província de São Paulo, cujo último Presidente foi o Brigadeiro José Vieira Couto de Magalhães. Convertida a Província em Estado, criou-se um triunvirato para substituir Couto de Magalhães, formado por Prudente de Moraes, Francisco Rangel Pestana e Coronel Joaquim de Sousa Mursa. Ainda nesse ano de 1889, Prudente de Moraes é nomeado Governador pelo Generalíssimo Deodoro da Fonseca, encerrando-se assim o curto período do triunvirato. Seguem-se os governos de Jorge Tibiriçá Piratininga e de Américo Brasiliense de Almeida Melo. Eleito pouco depois pela Assembléia Legislativa para o cargo de Presidente do Estado, Américo Brasiliense vê-se obrigado, em 15 de dezembro de 1891, a renunciar a seu cargo, ante as divergências entre os partidários de Deodoro e de Floriano Peixoto.

Obviamente, as incertezas políticas que acontecem nesse início de República refletem-se no quadro político-administrativo batataense. Assim, na sessão da Câmara de 17 de novembro de 1889 - quando, repita-se, Batatais aderiu à República -, foi aclamado um Governo Provisório para a cidade, composto pelo Doutor Manoel Antônio Furtado, Eduardo Garcia de Oliveira e Martinho Ferreira da Rosa. Todavia, na sessão seguinte da Câmara, ocorrida em 13 de janeiro de 1890, compuseram-na os mesmos vereadores anteriormente eleitos, elegendo-se então, para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente os mesmos nomes, isto é, Francisco Arantes Marques e Manoel Teodolindo do Carmo. Porém, essa Câmara não concluiu normalmente seu mandato, porque pouco depois passaram-se a observar novas instruções. Pode-se mesmo

dizer que, a partir de então, a administração municipal conheceu dois sub-períodos: o dos intendentes e o dos prefeitos.

Intendentes Municipais

Por decreto de 15 de janeiro de 1890, os municípios passaram a ser administrados por intendentes nomeados pelo Governo Estadual. Eis, pois, a Portaria de número 373, datada de 8 de abril de 1890, extinguindo a Câmara Municipal e nomeando em seu lugar um Conselho de Intendência. Em cumprimento a tais determinações, no dia 17 desse mês, a Câmara era dissolvida, dando-se então posse aos Intendentes nomeados. Joaquim de Sousa Neves foi eleito para o cargo de Presidente do Conselho de Intendência, cabendo o cargo de Vice-Presidente a Pedro Mascagni.

Iniciava-se o ciclo dos Intendentes que, por serem nomeados pelo Governo do Estado, ficavam também à mercê das oscilações políticas daqueles tempos incertos.

Em 1º de janeiro de 1891, elegeram-se, para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, os Intendentes Fernando Machado de Oliveira e Antônio Augusto Lopes de Oliveira. Em abril desse mesmo ano, outras pessoas são nomeadas e assumem o cargo de Intendentes, cabendo então a Presidência ao Doutor José Luís dos Santos Pereira e a Vice-Presidência ao Tenente-Coronel Manoel Teodolindo do Carmo. Pouco depois, o Governo do Estado anulava tais nomeações, para logo depois anular o ato que as anulava...

Como se depreende, ficava-se na dependência dos acontecimentos políticos que ocorriam em esferas mais altas. Compreende-se assim que, com a renúncia de Américo Brasiliense (à qual já se fez referência acima), os intendentes de Batatais que haviam sido por ele nomeados exoneraram-se em 15 de novembro de 1891. Conseqüentemente, ocorreu a nomeação de novos intendentes, empossados em 7 de janeiro de 1892, sendo eleitos, então, para a Presidência e Vice-Presidência, o Doutor Simpliciano da Rocha Pombo (ex-juiz de Direito da Comarca) e Antônio Augusto Lopes de Oliveira. Essa Intendência teve duração inferior a um ano, pois no mês de agosto passou-se ao cumprimento de nova lei.

É oportuno registrar que a Constituição Republicana de 1891 pouco esclarece sobre o Município. Apenas determina ser de competência dos Estados a organização da autonomia municipal (artigo 68). Essa liberdade que foi concedida aos Estados fez com que

cada um deles criasse, através de suas próprias constituições, cargos tais como: prefeito, intendente, superintendente, ou mesmo agente executivo (Leal, 1975, p. 116)

Eis, pois, sob a vigência da Constituição do Estado de 1891, a Lei nº 16, de 13 de novembro do mesmo ano, relativa à organização dos municípios do Estado. Por esse instrumento, estabelecia-se que o poder legislativo municipal seria exercido por uma Câmara composta por vereadores (Artigo 7º), eleitos por sufrágio direto e por maioria de votos (Artigo 22º), com mandato de três anos (Artigo 9º). Estabeleciam-se também os cargos de Presidente e Vice-Presidente, que as Câmaras elegeriam anualmente, entre seus membros (Artigo 10º). Para a execução das deliberações das Câmaras, estas elegeriam anualmente um de seus vereadores, que passaria a ser denominado Intendente.

Conseqüência dessa lei foi a eleição para vereadores que se fez em 30 de agosto de 1892 e posse dos eleitos em 20 de setembro desse mesmo ano. A Câmara de Batatais elegeu então para seu Presidente, Eduardo Garcia de Oliveira e para Vice-Presidente, o Doutor Manoel Antonio Pereira Lima. É importante considerar que nessa mesma sessão, pela primeira vez, a Câmara elegeu seu Intendente Municipal. Coube tal cargo a Manoel Gustavino de Andrade.

A partir daí – enfatize-se, em cumprimento à Lei nº 16 de 13 de novembro de 1891 – os Intendentes passaram a ser eleitos pela Câmara, dentre os próprios vereadores. Assim, em 1º de janeiro de 1893, Eduardo Garcia de Oliveira foi novamente eleito Presidente da Câmara. Interrompida a eleição, esta prosseguiu em 13 de janeiro do ano seguinte, quando foram eleitos, para Vice-Presidente e Intendente, respectivamente, Joaquim Celidônio Gomes dos Reis Junior e Alfredo Leitão.

Porém, não se diga que nas eleições e posses dos eleitos houvesse uma linearidade inalterada. Às vezes, outros vereadores assumiram a Presidência da Câmara e mesmo a Intendência, no impedimento de seus titulares. Tais foram os casos, por exemplo, do vereador Joaquim Celidônio Gomes dos Reis Júnior, que substituiu o Intendente Manoel Gustavino de Andrade, quando este teve que se ausentar, bem como o do Coronel Antônio Joaquim Ortiz, que presidiu sessão da Câmara.

Em 7 de janeiro de 1895, elegeram-se: Presidente da Câmara, Joaquim Celidônio; Vice-Presidente, Coronel Ortiz; Intendente, Joaquim Alves da Costa. Entretanto, tudo leva a crer que o cargo

de Intendente não devia ser dos mais cobiçados. Assim, já em 1º de fevereiro, lia-se requerimento de Joaquim Alves da Costa, pedindo demissão de seu cargo, sob a alegação de se encontrar impossibilitado de continuar no mesmo. Aceita com relutância a demissão do Intendente, procedeu-se à nova eleição para preenchimento dessa vaga. Escolhido Alfredo Leitão, este recusou-a, alegando questão de saúde. Nova eleição e escolheu-se Eduardo Garcia, o qual, estando ausente, não poderia assumir o cargo. Nomeava-se então o Doutor Manoel Antônio Furtado, que recusa o cargo, o mesmo acontecendo com Lúcio Fagundes e com todos os demais vereadores. A razão mais plausível para essa aversão ao cargo deve ter sido caber ao Intendente a responsabilidade da cobrança judicial das contribuições em atraso. A questão foi solucionada de maneira simples: em sessão da Câmara, aprovou-se proposta para que, interinamente, respondesse pela Intendência o próprio presidente da Casa.

Para o ano de 1896, elegeram-se, em 7 de janeiro: Presidente da Câmara, Domiciano Leite de Assis; Vice-Presidente, Antônio Teodoro Gonçalves Bastos; Intendente, Geraldo de Aquino Leme. Ainda nesse ano, com a renúncia do Presidente, esse cargo é assumido por Antônio Teodoro Gonçalves, passando a Vice-Presidência a Washington Luís, o qual pouco tempo permanece nela. Em 5 de dezembro ocorre a renúncia do Intendente Geraldo de Aquino Leme.

Em 2 de janeiro de 1897, elegeram-se: Presidente da Câmara, Domiciano Leite de Assis; Vice-Presidente, Manoel Nogueira de Sá; Intendente, Francisco Bernardes. Seguem-se as renúncias, vagas e novos eleitos, até 1º de abril de 1897, quando Washington Luís assume a presidência da mesa, cargo ao qual ele renunciou em 2 de agosto desse ano.

Para 1898, elegeram-se: Presidente, Manoel Gustavino; Vice-Presidente, Manoel Teodolindo do Carmo; Intendente, Washington Luís, gestão marcada por acontecimentos singulares. Com efeito, nesse ano aconteceu um fato que bem demonstra o quanto as Câmaras estavam submissas ao Estado. Assim, como a Constituição de São Paulo concedia aos municípios autonomia para legislar sobre questões relativas às suas próprias eleições (Artigo 53, parágrafos 1º e 5º), a Câmara Municipal de Batatais, através de lei, marcou suas eleições de vereadores para o dia 30 de setembro de 1898, contrariando assim o Congresso do Estado, que fixara para aquele ato o dia 30 de outubro daquele ano.

Após uma longa disputa (que não comporta registro neste texto), fizeram-se as eleições nas duas datas acima, atendendo-se assim às legislações municipal e estadual... Os vereadores eleitos na primeira foram empossados em 7 de janeiro de 1899, sendo então escolhidos: Presidente da Câmara, Augusto Serpa; Vice-Presidente, Fortunato de Paula Salgado; Intendente, Washington Luís; Vice-Intendente, Capitão Renato Jardim.

Todavia, prevaleceram as determinações estaduais. Em virtude destas, foram anuladas as eleições de setembro, bem como a posse dos eleitos. No lugar destes, deu-se, em 25 de fevereiro de 1899, posse aos eleitos em outubro. Dentre estes, foram escolhidos: Presidente da Câmara, Capitão Renato Jardim; Vice-Presidente, Aristides Serpa; Intendente, Washington Luís; Vice-Intendente, José Teodoro da Silva Dedeca.

Nas eleições dos administradores municipais, para o ano de 1900, verificou-se o seguinte resultado: Presidente da Câmara, Washington Luís; Vice-Presidente, Aristides Serpa; Intendente, Renato Jardim; Vice-Intendente, José Teodoro da Silva Dedeca. A gestão Washington Luís, na presidência da Câmara, teve interrupção. Ele esteve ausente na sessão extraordinária de 26 de fevereiro e na do dia seguinte, quando era lido na Câmara um seu requerimento, solicitando licença de cinco meses, por ter que se ausentar do município, licença esta concedida nessa mesma sessão. Em 3 de julho, Washington Luís assume novamente a presidência, continuando nela até o ano de 1901, quando foram reeleitos Aristides Serpa, Renato Jardim e José Teodoro da Silva. Todavia, a última sessão assistida por Washington Luís foi a de 5 de abril. Após essa data, as atas da Câmara nada mais registram sobre ele.

Eleita nova Câmara em 16 de dezembro de 1901, verificou-se a posse dos vereadores em 7 de janeiro de 1902, ficando com cargos administrativos assim distribuídos: Presidente, Dr. Miguel Cursino Vila Nova; Vice Presidente, José Romão Junqueira; Intendente, Renato Jardim; Vice-Intendente, José Cândido de Lima. Para o ano de 1903, elegeram-se: Presidente da Câmara, Miguel Cursino Vila Nova; Vice-Presidente, Romão Junqueira; Intendente, Renato Jardim; Vice-Intendente, José Cândido Lima.

No ano seguinte, a Câmara passou a ser presidida pelo Major Custódio José Vieira, tendo como Vice-Presidente Francisco Arantes Diniz Junqueira. O Intendente Municipal eleito foi José Cândido de Lima e o Vice-Intendente, Antônio Corrêa Júnior. Todavia, já no dia 13 de mês seguinte, faziam-se novas

eleições, sendo então escolhidos: Presidente da Câmara, Major Custódio José Vieira; Vice-Presidente, Manoel Victor Nogueira; Intendente, José Cândido de Lima; Vice-Intendente, José Romão Junqueira.

Realizadas as eleições para vereador em 30 de outubro, passaram a ocupar os cargos de administração municipal, a partir de 7 de janeiro de 1905: Presidente da Câmara, Vigilato Augusto Franco; Vice-Presidente, Gabriel de Andrade Junqueira; Intendente, José Custódio de Lima; Vice-Intendente, Eduardo Garcia de Oliveira. Para o ano seguinte, elegeram-se: Presidente da Câmara, Gabriel de Andrade Junqueira; Vice-Presidente, Bento Ribeiro Nogueira; Intendente, Vigilato Augusto Franco; Vice-Intendente, Antônio Cândido Alves Pereira. Essa foi a última escolha de intendentes, pois fizeram-se modificações na legislação que regia a matéria. É o que se passa a tratar em seguida.

Prefeitos Municipais

A administração municipal passou a contar com a participação dos prefeitos, através da Lei nº 1038, de 19 de dezembro de 1906, modificada pela Lei nº 1103, de 26 de novembro de 1907. Nesta, ficava estabelecido que a administração municipal seria exercida "pelas câmaras municipais, compostas por vereadores, eleitos por sufrágio direto e por um prefeito municipal e sub-prefeitos distritais, eleitos pelas câmaras" (Artigo 1º). Em seguida, a lei estabelecia que o prefeito municipal seria eleito pela Câmara Municipal, por maioria de seus vereadores. Finalmente, em suas "Disposições Transitórias", ficava estabelecido que as eleições seriam realizadas em todos os municípios do Estado, no dia 14 de dezembro de 1907 (Artigo 2º).

Compreende-se, assim, que, na data acima, realizaram-se tais eleições em Batatais, tendo os vereadores eleitos tomado posse em 15 de janeiro de 1908, quando foram escolhidos: Presidente da Câmara, Gabriel de Andrade Junqueira; Vice-Presidente, Manoel Severino da Costa; PREFEITO, VIGILATO AUGUSTO FRANCO; Vice-Prefeito, Nelson Pereira Viana.

Aproveita-se a oportunidade para, neste texto, registrar os vereadores posteriormente eleitos para os cargos diretivos:

1909: Presidente da Câmara: Vigilato Augusto Franco
Vice-Presidente: Manoel Severino da Costa
Prefeito: Gabriel de Andrade Junqueira
Vice-Prefeito: Nelson Pereira Viana

1910: Presidente da Câmara: Gabriel de Andrade Junqueira
Vice-Presidente: Manoel Severino da Costa
Prefeito: Nelson Pereira Viana
Vice-Prefeito: Antônio Cândido Alves Pereira
1911: Presidente da Câmara: José de Andrade Diniz Junqueira
Vice-Presidente: Caetano Leite Machado
Prefeito: Arlindo Alberto Lima
Vice-Prefeito: Juvenal Pereira Lima
1912: Presidente da Câmara: Caetano Leite Machado
Vice-Presidente: Arlindo Alberto Lima
Prefeito: Manoel Gustavino de Andrade Junqueira
Vice-Prefeito: Juvenal Pereira Lima
1913: Presidente da Câmara: Caetano Leite Machado
Vice-Presidente: Honório Vieira de Andrade Palma
Prefeito: Manoel Gustavino de Andrade Junqueira
Vice-Prefeito: Juvenal Pereira Lima
1914: Presidente da Câmara: Raimundo Justiniano de Oliveira
Vice-Presidente: Manoel Victor Nogueira
Prefeito: João de Andrade Junqueira
Vice-Prefeito: Juvenal Pereira Lima
1915: Presidente da Câmara: Raimundo Justiniano de Oliveira
Vice-Presidente: Manoel Victor Nogueira
Prefeito: João de Andrade Junqueira
Vice-Prefeito: José Ordine
1916: Presidente da Câmara: Manoel Victor Nogueira
Vice-Presidente: Cláudio José Gomes
Prefeito: João de Andrade Junqueira
Vice-Prefeito: José Ordine
1917: Presidente da Câmara: Manoel Victor Nogueira
Vice-Presidente: Cláudio José Gomes
Prefeito: João de Andrade Junqueira
Vice-Prefeito: José Ordine
1918: Presidente da Câmara: Manoel Victor Nogueira
Vice-Presidente: Cláudio José Gomes
Prefeito: José de Andrade Junqueira
Vice-Prefeito: José Ordine
1919: Presidente da Câmara: Manoel Victor Nogueira
Vice-Presidente: Cláudio José Gomes
Prefeito: José de Andrade Junqueira
Vice-Prefeito: José Ordine
1920: Presidente da Câmara: Frederico Marques
Vice-Presidente: Guilherme Tambellini
Prefeito: Manoel Victor Nogueira
Vice-Prefeito: José Ordine

- 1921: Presidente da Câmara: Frederico Marques
Vice-Presidente: Guilherme Tambellini
Prefeito: Manoel Victor Nogueira
Vice-Prefeito: José Ordine
- 1922: Presidente da Câmara: Guilherme Tambellini
Vice-Presidente: José Procópio Meirelles
Prefeito: Manoel Victor Nogueira
Vice-Prefeito: José Ordine
- 1923: Presidente da Câmara: João de Andrade Junqueira
Vice-Presidente: Frederico Marques
Prefeito: José Ordine
Vice-Prefeito: José Ferreira da Silva
- 1924: Presidente da Câmara: Frederico Marques
(José Luís de Mesquita, a partir de 29 de outubro de 1924)
Vice-Presidente: José Procópio Meirelles
Prefeito: José Ferreira da Silva
Vice-Prefeito: José Ordine
(Afonso Vieira Lima, a partir de 10 de abril de 1924)
- 1925: Presidente da Câmara: José Procópio Meirelles
Vice-Presidente: Chrysantho Alves Ferreira
Prefeito: José Ferreira da Silva
Vice-Prefeito: Afonso Vieira Lima
- 1926: Presidente da Câmara: José Arantes Junqueira
Vice-Presidente: José Garcia de Barros
Prefeito: Manoel Victor Nogueira
Vice-Prefeito: Chrysantho Alves Ferreira
- 1927: Presidente da Câmara: José Arantes Junqueira
Vice-Presidente: José Garcia de Barros
Prefeito: Manoel Victor Nogueira
Vice-Prefeito: Chrysantho Alves Ferreira
- 1928: Presidente da Câmara: José Arantes Junqueira
Vice-Presidente: José Garcia de Barros
Prefeito: Manoel Victor Nogueira
Vice-Prefeito: Chrysantho Alves Ferreira
- 1929: Presidente da Câmara: José Arantes Junqueira
Vice-Presidente: José Garcia de Barros
Prefeito: Manoel Victor Nogueira
Vice-Prefeito: José Ordine
- 1930: Presidente da Câmara: José Arantes Junqueira
Vice-Presidente: José Garcia de Barros
Prefeito: Manoel Victor Nogueira
Vice-Prefeito: José Ordine

Vitoriosa, a Revolução de Outubro de 1930 instalava seu Governo Provisório. "O primeiro telegrama recebido sobre a nova situação", expedido do Rio de Janeiro em 25 de outubro e publicado na Gazeta de Batatais, edição do dia 28 desse mês, informava que se formara Junta de Governo, constituída sob a presidência do General Tasso Fragoso, tendo como membros o General Mena Barreto e o Almirante Isaías Noronha. Em 3 de novembro, no edifício do Passo Municipal de Batatais, ocorria a posse da Junta Governativa local, composta pelo Doutor Carlos Pereira Viana, Capitão João Nogueira de Carvalho, Ermelindo Marques e José Procópio Meirelles. Este, nomeado prefeito provisório, foi nessa ocasião empossado. Em 11 de novembro, o Governo Provisório ratificava a dissolução do Congresso Nacional, dos órgãos legislativos estaduais e municipais. A partir de então, passava a ser de competência do Interventor a nomeação dos prefeitos municipais, cabendo a estes todas as funções executivas e legislativas locais.

Ao se encerrar, pois, a República Velha (1889-1930), encerrava-se também o ciclo dos prefeitos eleitos, os quais, mais tarde, passariam novamente a ser escolhidos pelo voto popular.

3- Conclusão

Pelo exposto, verifica-se que:

1º - Até a Proclamação da República, as Câmaras eram formadas por vereadores, tendo à testa das mesmas a figura de seu Presidente. A partir de 1881, criou-se o cargo de Vice-Presidente.

2º - Proclamada a República, criou-se inicialmente o Conselho de Intendência, cujo Presidente e Vice eram eleitos pelos membros desse Conselho. Posteriormente, restauraram-se os cargos de vereadores, de Presidente e Vice-Presidente da Câmara, passando então o Intendente a ser escolhido pelos vereadores.

3º - Finalmente, extingue-se a figura do Intendente, criando-se, para seu lugar, a do Prefeito. No caso específico de Batatais, o primeiro Prefeito foi Vigilato Augusto Franco, eleito e empossado em 16 de janeiro de 1908.

4º - O Governo Provisório de 1930 extinguiu as Câmaras eleitas, competindo, a partir de então, ao interventor nomear os prefeitos municipais, os quais somente mais tarde passaram a ser eleitos.

CARDOSO, Walter. Mayor or Intendente: this is the question. AMICUS. Batatais-SP, ano 2, nº 3, p. 61-72.

ABSTRACT: Contributions to the study of the municipal public administration: presidents of the chamber, "intendentes", and mayor until 1930

KEYWORDS: Laws, municipality, state, "intendentes" and mayors.

REFERÊNCIAS;

a) Documentos:

Atas das Sessões da Câmara Municipal de Batatais. Biblioteca e Arquivo da Câmara Municipal de Batatais, SP

b) Legislação:

Constituições do Estado de São Paulo.

Leis e Decretos do Estado de São Paulo.

c) Bibliografia:

BANDECHI, Brasil. *Elementos de História do Direito Brasileiro*, São Paulo, Editora Pannartz, 1984.

FRANS, Jean de. *Bom Jesus da Cana Verde – Batatais de Outr’Ora*, São Paulo, 1939.

LEAL, Victyor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. São Paulo, Alfa-Omega, 1975.

LAXE, João Baptista Cortines. *Regimento das Câmaras Municipaes ou Lei de 1º de Outubro de 1828*. Rio de Janeiro. B.L. Garnier-Livreiro Editor, 1885.

ALBERTO LUPATO, UM BATATAENSE REVOLUCIONÁRIO

Pedro Lázaro TEIXEIRA*

1 – O Revolucionário

Alberto Lupato nasceu em Batatais em 21 de junho de 1902, filho de Luís Lupato e Júlia Strada Lupato. Era irmão de Pedro, Paulo, Mário e Walter Lupato, Maria Lupato Zanela, Ema Lupato Gomes, Rosa Lupato Zaparoli, Stela Lupato Setti (falecidos) e Adélia Lupato Abreu e Basílio Lupato.

Em 1924, aos 21 anos, Alberto Lupato seguiu para São Paulo, a fim de servir o exército no Quartel de Quitaúna, em Osasco. Todos estavam cientes de que ele, após o serviço militar, voltaria para Batatais, onde prosseguiria com a profissão de ferreiro que aprendera com o pai. A oficina dos Lupato localizava-se onde está hoje a firma Bersa, Rádio e Televisão, onde faziam carroças, rodas e ferravam cavalos.

2 – Alberto Lupato na Revolução de 1924

No primeiro ano de seu agitado governo (1922-1926), o Presidente da República Artur da Silva Bernardes (1875-1955) irritou seus inimigos políticos, com medidas discricionárias, como a intervenção no Estado do Rio e o desenvolvimento e aperfeiçoamento do sistema de espionagem e delação. Contra Bernardes, duas forças se levantaram. A liderada pelo general Isidoro Dias Lopes, amigo do candidato derrotado nas urnas, Nilo Peçanha (1867-1924), e a outra sob a orientação do capitão Joaquim Távara.

Depois de sofrer cinco adiamentos, o início do levante foi marcado para 5 de julho de 1924. Na noite anterior, Isidoro e alguns companheiros pernoitaram no quartel do 4º Batalhão de Caçadores, em Santana, sem o conhecimento do comandante da unidade. De madrugada, ordenaram a dezenas de praças para se equiparem e se dirigirem a Quitaúna. Era lá que se encontrava o jovem Alberto

*Redator do jornal "O Cuscuzeiro" de Santo Antônio da Alegria e articulista de "O Jornal" de Batatais.

Lupato, sem saber ainda da missão que o aguardava.

3 - Do primeiro combate à Retirada

Os revoltosos não perderam tempo. Os tenentes Filinto Muller e Custódio de Oliveira, do 2º Grupo de Artilharia Pesada, de Quitaúna, levaram para o Campo de Marte uma bateria e abundante munição. Foram presos o comandante da Força Pública do Estado de São Paulo, Cel. Joaquim Domingos Ferreira, e o encarregado de munições, Cap. Nataniel Prado. Uma escolta de cavalaria prendeu soldados da Polícia e da Guarda Cívica. Tropas ocuparam as estações ferroviárias da Luz, da Sorocabana e o prédio dos Correios e Telégrafos.

Foi a primeira participação do batataense Alberto Lupato.

Os revoltosos tentaram inicialmente assaltar o Palácio dos Campos Elíseos. O presidente do Estado de São Paulo, Carlos de Campos (1866-1927), alertado, resistiu ao primeiro ataque rebelde. Seus soldados se saíram bem, prendendo, em incursões pela cidade, algumas figuras de destaque. A capital foi sacudida por granadas, atingindo residências, logradouros públicos, fazendo inúmeras vítimas na população civil. Este foi um revés inesperado para os revoltosos.

Aconselhado pelos generais Estanislau Pamplona e Carlos Arlindo, o presidente Carlos de Campos retirou-se dos Campos Elíseos com sua tropa. Assim, São Paulo ficou inteiramente na mão do general Isidoro Dias Lopes. O prefeito Firmiano Pinto permaneceu em São Paulo, assistindo e socorrendo a população.

Mesmo sem a participação civil, a revolta não era uma quartelada, mas uma revolução na qual oficiais se envolveram de corpo e alma, lutando até o fim. Além das dificuldades de combate, os rebeldes precisavam manter a ordem numa cidade com 650.000 habitantes em 1924. E contando com apenas 5.000 homens que, sem abastecimento regular, recorriam às residências. Havia muitas baixas e alguns soldados se entregavam às mais variadas diversões. Entre as causas que fizeram Isidoro abandonar a cidade, foram: a morte do capitão Joaquim Távora, o deslocamento de uma coluna legalista vinda do sul do país e o temor de roubo e saque por parte de revolucionários e de civis.

A retirada foi feita na mais perfeita ordem e, entre os soldados, estava o cabo Alberto Lupato, que havia combatido no bairro do Brás.

4 - Alberto Lupato na Coluna Prestes

O movimento de 1924 muda suas características bélicas quando, sob o comando de Miguel Costa, 700 combatentes abandonam São Paulo e ligam-se aos 800 homens do Rio Grande do Sul, comandados por Luís Carlos Prestes. Dessa união de forças formou-se novo contingente, que passou à História como Coluna Prestes. Esta, na verdade, foi comandada por Miguel Costa, mas Luís Carlos Prestes foi o preconizador da tática de guerra em movimento, daí seu nome a ela. Melhor seria fosse chamada Coluna Miguel Costa-Prestes.

O objetivo era marchar pelo interior, a fim de estimular o surgimento de novos focos revolucionários. Assim, foram percorridos 25.000 km pelo Brasil, quando a bravura e a coragem prevaleceram. Aos 800 homens da brigada de Prestes se juntaram os 700 combatentes paulistas, sob o comando de Miguel Costa.

A Coluna atravessou o Rio Paraná, embarcando nos portos Mendes e Artaza, com cavalos, artilharia, armas e munições, indo desembarcar em Porto Adela, na margem paraguaia. Depois de atravessar 25 léguas do território paraguaio, penetraram novamente em solo brasileiro, em Porto Lindo, no Mato Grosso, sendo que os chefes de Alberto Lupato eram os tenentes Filinto Muller e Miguel Chaves.

De acordo com as revelações de Alberto Lupato, foi um trecho penoso, pois atravessaram mata intensa e passaram fome. Nas fazendas, as mulheres lavavam suas roupas. Dormiam no chão, em cima de arreios ou nos túmulos de cemitérios.

Uma vez Alberto Lupato foi ferido na cabeça com um tiro de fuzil e uma baioneta perfurou-lhe a coxa. Amarrado a uma árvore por três dias, para ser fuzilado, foi salvo por Filinto Muller. A maleita o derrubou por três vezes. Foi curado por um tenente alemão de nome Emílio, com plantas medicinais. O tenente costumava dizer que "a mudança de ar era o melhor remédio".

Comiam carne de cavalo com feijão, banana, peixe e coalhada.

De Mato Grosso (Campo Grande, Dourados), a Coluna passou por Goiás (Anápolis e Natividade), até o Maranhão (Carolina, Loreto e Mirador), dirigindo-se ao Piauí (Floriano, Amarante e Teresina).

Daí a Coluna se bipartiu, descendo pela margem esquerda do Rio Paraíba. Dois destacamentos sob o comando de Prestes, e dois outros pela margem direita, comandados por Juarez Távora, onde se encontrava Alberto Lupato. Os grupos se encontraram no Ceará.

Depois percorreram os estados do Rio Grande do Norte (São

Miguel), Paraíba (Piancó), Pernambuco (Gravatá, Jaboatão e Vitória de Santo Antão). Na margem esquerda do Rio Pajeú (PE), a Coluna foi atacada perto de Vila Bela, travando-se um dos maiores combates de toda a campanha, com pesadas baixas.

Após andar 22 léguas em semicírculo, sob marcha incessante, dia e noite, os revoltosos passaram dois dias em Cipó (Bahia), chegaram à margem esquerda do Rio São Francisco, desembarcando a 12 léguas acima da Cachoeira de Paulo Afonso.

Depois de muitas peripécias, com baixas, ferimentos e doenças tropicais, a Coluna marchou para o oeste, atingindo novamente o território goiano para transpor a fronteira da Bolívia. Era 3 de fevereiro de 1927.

Em Capim Branco, perto de San Matias, os generais Miguel Costa e Luís Carlos Prestes assinaram uma ata pela qual depunham as armas dos 620 revolucionários brasileiros restantes, entre os quais o batataense Alberto Lupato.

5 – O destino de Lupato

Depois da rendição, cada militar tomou seu caminho. Alberto foi para o Paraguai, onde trabalhou no engenho de cana do coronel reformado Emiliano Fornelis, na Fazenda Conception, durante um ano. Tinha como companheiro um soldado rio-grandense, Onofre Gonçalves.

De volta ao Brasil, apresentou-se em São Paulo para dar baixa em sua graduação de cabo. No quartel ficou preso durante 19 dias.

Retornou a Batatais em 1928, dando um susto na família, que o julgava morto. No mesmo ano conheceu a jovem Ruth Campos, com quem se casou em 6 de setembro de 1928, de cuja união teve os filhos Isis, Elvira, Wanda e Glória, que lhe deram 13 netos e estes 25 bisnetos. Mudou-se para Mirandópolis em 1942, onde faleceu em 31 de maio de 1992, aos 89 anos.

DEPOIMENTOS

A CAPITÃ-ENFERMEIRA ALTAMIRA PEREIRA VALADARES CONTA SUA PARTICIPAÇÃO NA FEB

Entrevista por José Carlos de Medeiros Pereira*



A capitã-enfermeira Altamira Pereira Valadares

1. Em Batatais

Nasci em Batatais no dia 15 de julho de 1910. Fiz o primário no Grupo Escolar Dr. Washington Luís. Depois estudei no Colégio do Prof. Almeida. A gente fazia um curso parcelado e prestava exames no Ginásio Oficial de Ribeirão Preto. Como essa escola fechou, estudei durante algum tempo em São Paulo, no Liceu Pindorama. Voltei e trabalhei durante dois anos na Empresa de Força e Luz, que era, então, de propriedade norte-americana.

Através de amigos comuns fiquei conhecendo um médico que trabalhava no Rio de Janeiro, o Dr. Hamlet Cavalcanti de Mello, que estava gozando uma licença-prêmio em Batatais. Através dele fiquei sabendo da possibilidade de fazer um curso na Escola de Enfermagem Ana Néri, no Rio. Ele me contou que era uma escola-padrão de enfermagem na América do Sul e que uma parte do custo de cursá-la era paga pelo Governo Federal. A outra poderia ser paga pela aluna com serviços.

* José Carlos de Medeiros Pereira é doutor em Sociologia, livre-docente em Medicina Social e professor-associado aposentado da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, da USP.

2. No Rio de Janeiro. Voluntariado de enfermeiras

Para entrar na Ana Néri era preciso ter dez anos de estudo. Faltava-me completar duas matérias. A secretária da escola examinou-me e me julgou apta. As candidatas eram normalistas principalmente. Era preciso também ter 20 anos completos, de modo que fui aceita para o 2o. semestre de 1930.

As formadas tinham a opção de serem sanitaristas. Quando completei o curso não havia mais vagas. Assim, preferi permanecer no Hospital São Francisco de Assis, que era público, e onde eram feitos os estágios. Casei-me. Meu marido era médico. Mas fiquei viúva sem filhos em 1939. Fui substituta da chefia em todas as especialidades do Hospital São Francisco e docente na Ana Néri. Depois saí do hospital para integrar um quadro especial da Saúde Pública Federal.

O Brasil declarou guerra aos países do Eixo em 1942. No ano seguinte foi decidida a organização da Força Expedicionária Brasileira (FEB). Essa Força teria que ter um quadro de enfermeiras. Eu decidi participar, por isso fiz um Curso Complementar de Enfermagem de Guerra, só para profissionais, ministrado sob os auspícios da Cruz Vermelha Brasileira. Fiquei sabendo que a diretoria da Escola Ana Néri foi procurada pelo Exército para formar o quadro de enfermagem. Não houve acordo porque a diretoria queria que as enfermeiras fossem como oficiais, o que não foi aceito pelo Ministério da Guerra.

Essa recusa provocou uma certa confusão na organização do quadro. O Exército resolveu realizar um curso de emergência para enfermeiras da reserva. Era um voluntariado. Como era de se esperar, ocorreu um mundo de moças, com todo tipo de formação: práticas, samaritanas, etc. Eu tinha o curso da Ana Néri e o da Cruz Vermelha. Queria ir para a Aeronáutica, mas lá nada havia sido decidido; resolvi, então, participar do tal curso, embora o Exército também nada tivesse decidido a respeito da formação do corpo de enfermeiras.

O grupo era muito heterogêneo. Não foi feita uma escolha criteriosa das participantes. Eram dadas aulas em vários lugares do Rio de Janeiro. A gente ficava correndo de um lado para o outro: Faculdade de Medicina da Praia Vermelha, Hospital Central do Exército, Cruz Vermelha, Forte São João. Quando chegava a noite, eu estava exausta. Havia aulas que eu achava desnecessárias, de ordem unida, de educação física, de fazer continência. Depois, na Itália, eu percebi que coisas importantes não haviam

sido ensinadas, como fazer a conversão dos graus Fahrenheit, dos termômetros americanos, em grau Celsius, dos nossos. Os médicos americanos, lá, depois, desconfiavam da tomada de temperatura por nossas enfermeiras. Por isso eu pedi ao general comandante do Serviço que me deixasse ir aos Estados Unidos para aprender coisas novas. Mas ele não permitiu. Enfim, foram escolhidas as enfermeiras que iam participar e eu fui uma delas.

Antes de embarcarmos, recebemos um uniforme de enfermeira que acabou sendo alvo de gozação. Uma pessoa se arvorou em enfermeira da Ana Néri por ter feito um cursinho lá e, descendente de um general, foi encarregada de desenhar e organizar a confecção dos uniformes. Fizemos como ela mandou. Quando eles chegaram, não gostamos. Acho que a única coisa boa foi uma saia-calça. Não tínhamos bolsa e andávamos com os bolsos estufados com as coisas que as mulheres geralmente carregam consigo. O povo do Rio de Janeiro não estava acostumado a ver mulheres de uniforme e ria das nossas roupas. A gozação foi tanta que o general-comandante do Serviço Médico escreveu um artigo pedindo mais respeito. Não adiantou nada.

3. Viagem para a Itália

As primeiras enfermeiras a partir eram, de algum modo, relacionadas a oficiais superiores do Exército ou eram as bonitinhas para aparecerem em fotografias. Eu reclamei com a diretora da Escola Ana Néri: "não vim aqui para ficar de braços cruzados". Acabei sendo escalada para ir com o 2º Grupo. Como havia medo de espiões, a ordem para partir era secreta. Nem às colegas era permitido dar a informação. Quando a pessoa não aparecia é que se ficava sabendo que ela tinha ido. A bagagem ia primeiro. A gente ficava só com a roupa do corpo e com alguma coisa numa mala. Depois de escalada, recebi um telegrama de minha irmã Altina, de São Paulo, dizendo que papai estava morrendo. Pedi ao general que me deixasse ir vê-lo. Mas ele me disse que, se fosse, seria considerada desertora. Embarquei, então, no aeroporto Santos Dumont na madrugada do dia 4 de agosto de 1944. Fui a pé com minha irmã Áurea, conforme as ordens. Na Itália, eu perguntava, a todos que chegavam, de meu pai, mas ninguém me dava notícias. Ele morreu no dia 7.

Eu e as colegas do 2º Grupo viajamos para Nápoles na tarde do dia 12. Nesses oito dias, fizemos várias escalas: Salvador, Recife e Natal, no Brasil. Descemos na ilha de Ascensão (pequena

ilha vulcânica, possessão inglesa até hoje), lá no meio do Atlântico. De lá fomos para a África, para Acra (atual capital de Gana). Em seguida, depois de passar por uma base americana, desembarcamos em Dacar (capital do Senegal). Outra base e chegamos a Marrakesh, no Marrocos. Outra cidade desse país pela qual passamos foi Casablanca. Depois fomos para Orã (cidade da Argélia). Finalmente alcançamos Nápoles.

As bases aéreas americanas eram muito isoladas. Eram simples locais de reabastecimento, nos quais ficávamos pouco tempo, quase que só para o avião receber combustível. Conheci um pouco melhor as cidades do norte da África. Era verão no hemisfério norte e fazia um calor medonho. Os nativos (berberes) só usavam as casas para dormir. O comércio, acho eu, era todo feito na rua. A população me pareceu muito pobre. Era muita gente atrás de nós, pedindo alguma coisa. Também ouvi falar que era uma população bastante doentia.

4. Primeiros tempos na Itália

De Nápoles, fui mandada para perto de Tarquínia, onde já estavam acampadas as tropas brasileiras do 1º Escalão. Essa cidadezinha ficava ao norte de Roma. A FEB era parte do 5º Exército norte-americano, comandado pelo Gen. Mark Clark. Assim sendo, o serviço médico brasileiro não seria independente, mas também parte do americano. Por causa disso, surgiu um problema com as enfermeiras. Nós, hierarquicamente, éramos consideradas sargentos. Acontece que todas as enfermeiras americanas tinham nível superior e eram oficiais. Foi por isso que a diretoria da Escola Ana Néri se recusou a organizar o quadro de enfermeiras do Exército se as diplomadas não fossem arvoradas em oficiais. O serviço médico americano se recusou a admitir em seus hospitais enfermeiras que não fossem tenentes. Criou-se um impasse, já que nós não tínhamos hospitais próprios. O Gen. Mascarenhas de Moraes, comandante da FEB, não tinha condições de se comunicar imediatamente com o Brasil e esperar a resolução do Ministro da Guerra. Tomou, então, a decisão pessoal de arvorar todas, fossem ou não diplomadas, em segundos-tenentes (enfermeiras de 3ª classe). Poderíamos ascender à 2ª classe (1º tenente) e à 1ª (capitã).

Foi esse problema de posto que fez com que, das 67 enfermeiras do Exército, apenas eu e mais quatro fôssemos formadas pela Escola Ana Néri. Isso foi ruim para a imagem das enfermeiras brasileiras. Algumas das escolhidas tinham pouca ou nenhuma

formação. Num caso de que tomei conhecimento, a enfermeira americana anotou no prontuário de uma brasileira: "not good nurse, not good girl, not good to stay here". Depois do que aconteceu conosco, a FAB (Força Aérea Brasileira) resolveu recrutar todas as seis enfermeiras que trabalhavam junto ao 1º Grupo de Caça entre as diplomadas da Ana Néri. Algumas delas, inclusive, foram minhas alunas. Como eu já disse, eu teria gostado de ir com a FAB, mas quando me apresentei não havia ainda sido organizado o grupo de caça.

O comandante do Serviço de Saúde da FEB, coronel-médico Dr. Emmanuel Marques Porto, me designou para trabalhar no 105º Station Hospital, em Cevitavecchia, entre Tarquínia e Ardenza. No dia 17 de agosto fui oficialmente incorporada ao 5º Exército americano. No dia seguinte fui apresentada ao Cel. Dr. Lawrence e à enfermeira-chefe, Capitã Dorothy Parsons. Trabalhei lá durante uma semana, tanto em Clínica Médica como em Clínica Cirúrgica. Depois fui transferida para outros hospitais, nos quais trabalhei principalmente em Clínica Cirúrgica.

Um número muito grande de soldados brasileiros havia baixado aos hospitais americanos antes mesmo de participarem de qualquer combate. Um certo número apresentava até mesmo doenças graves, mostrando que os exames médicos a que haviam sido submetidos no Brasil não tinham sido bons. Aquilo foi um vexame para o nosso serviço médico militar. Fiquei depois sabendo que o Gen. Mascarenhas de Moraes, comandante da FEB, ficou uma "fera" com o que havia acontecido.

Fui passando por vários hospitais, mas quando cheguei a Pisa e trabalhei no 38º Evacuation Hospital, houve uma tremenda inundação na noite de véspera de Finados de 1944. O rio Arno subiu de repente, numa rapidez incrível. Acho que foi sabotagem. Todo mundo precisou correr para salvar os feridos e os instrumentos cirúrgicos. O acampamento tinha sido montado sobre tabladados. Eu e minhas colegas andávamos sobre eles, que flutuavam, levando tudo para os caminhões. Estávamos junto à Torre de Pisa e ao batistério. Nessa inundação eu perdi tudo. Só saí de lá com a roupa do corpo e o diário que estava escrevendo. No afã de recolher os instrumentos cirúrgicos, quase também fiquei para trás. Minhas colegas gritavam comigo porque o último caminhão não poderia permanecer mais tempo no aguaceiro.

Ficamos instaladas, as enfermeiras, mas também outras pessoas, num hotel que antigamente era dos ingleses. Todos

molhados, deitados no chão, sem saber exatamente quem era o vizinho que estava ao lado. Acho que havia umas dez pessoas por quarto. Foi uma noite horrível. Dali cada uma foi tomando seu rumo. Eu e colegas fomos parar em Florença. Ficamos agregadas temporariamente a um hospital geral, o 24th General Hospital. Ainda em novembro nossa unidade foi para um hospital que estava num acampamento de Pistóia, o 16th Evacuation Hospital.

Os hospitais americanos nos quais trabalhei eram muito bons. Os de retaguarda ficavam instalados em prédios grandes, que eram adaptados. Os mais próximos das frentes de combate eram, às vezes, instalados em barracas, mas muito bem arrumadas. Os americanos eram organizados e tinham muito cuidado com as possibilidades de infecção hospitalar. Quando o ferido melhorava, era mandado para um hospital de evacuação, para o qual também eram enviados os feridos menos graves. Depois passava para um hospital geral. Aí, ou voltava para a linha de frente ou, se isso não fosse possível, era repatriado. Alguns dos nossos feridos foram mandados para os Estados Unidos, por causa dos melhores recursos médicos daquele país. Uns foram por via aérea, outros em navios-hospitais.

5. Em Valdibura

O hospital que me marcou, no qual fiquei relativamente muito tempo, cinco meses, foi um perto da linha de frente, o 32nd Field Hospital. Ficava em Valdibura, próximo ao Q.G. (Quartel General) Avançado em Porreta Terme. Essa região de Valdibura fica junto de um rio chamado Reno. Quando se fala em Reno pensa-se sempre no rio alemão. Acho que poucos sabem que existe um rio italiano com o mesmo nome. Fica ao norte dos Apeninos, no lado que dá para o mar Adriático. Esse hospital ficava tão perto do "front" que havia perigo de bombardeio. Ele foi instalado depois da inundação a que me referi. Ele atendia aqueles feridos que não podiam ser transportados para mais longe, que precisavam de intervenções urgentes. Os americanos chamavam esses hospitais de frente de "fields". Limitados ao mínimo de pessoal, material cirúrgico, manutenção e alojamento, eram, no entanto, muito eficientes. Trabalhei no 32º de 21 de novembro de 1944 a 20 de abril de 1945.

Os lugares onde ocorreram combates, no norte da Itália, eram montanhosos. Por isso, às vezes, era muito difícil o transporte dos feridos. Mostraram-me fotografias em que eles eram

retirados da linha de frente através de cordas estendidas, como se fosse um minibondinho do Pão-de-Açúcar. Nesse hospital recebíamos soldados com ferimentos graves no abdômen, no crânio, nos testículos. Também socorriamos muitos queimados em virtude de explosões. O corpo da pessoa era mantido no ar, para que pudesse ser limpo, cuidado. Eu tenho fotografias de pacientes nessa posição. Auxiliei também médicos americanos em operações oftalmológicas. Às vezes era preciso, infelizmente, retirar o olho do soldado ferido. O índice de mortalidade, ainda que o hospital dispusesse de muitos recursos, ótimos mesmo, possivelmente era mais alto relativamente aos hospitais da retaguarda. Mas eu não tenho dados a respeito.

O nosso cirurgião-chefe era o Dr. Alípio Correia Neto, que era professor de Cirurgia da Faculdade de Medicina de Pinheiros (Faculdade de Medicina da USP, em São Paulo), da qual, depois, foi catedrático. Foi também político, deputado estadual ou federal, e Secretário da Educação do Estado de São Paulo no governo de Carvalho Pinto. Foi o grande cirurgião com o qual trabalhei. Os americanos o chamavam de "meidjor" Neto. Era tão competente como cirurgião que muitos médicos americanos, em suas folgas, iam vê-lo operar para aprenderem com ele. Outro cirurgião era o Dr. Godofredo de Freitas. O Dr. Alípio era um homem bondoso. Embora não fosse de muita conversa, por vezes tentava animar o grupo contando piadas e "causos" dos tempos em que havia clinicado no Interior. Ele contava coisas engraçadas de um modo sério, sem nunca rir, o que as tornava ainda mais gozadas. Ele embaralhava muito os instrumentos. Fazia uma estripulia danada. Era uma coisa louca! Como eu era a instrumentadora da sala de cirurgia, às vezes lhe dizia: "Dr. Alípio, o senhor não quer dar uma vultinha enquanto eu arrumo estes instrumentos?".

Além de mim, a outra instrumentadora era minha amiga Jacira de Souza Goes. Éramos cinco enfermeiras lá em Valdibura. As outras três eram Juracy França Xavier, Carmem Bebiano e Neuza de Melo Gonçalves. Uma delas ficava na recepção e as outras duas na Enfermaria de Cirurgia. A Juracy, terminada a Guerra, se casou com o coronel médico, depois general, Dr. Augusto Marques Porto, que era viúvo. Os feridos não me viam porque freqüentemente chegavam em coma, em estado de choque e eram operados. Como na sala de operações eu estava de máscara, gorro e luvas, mesmo se tivessem condições de olhar, eles só viam meus olhos. No período em que eu estive no

"Field Hospital 32", travou-se, inclusive, a batalha pela posse do Monte Castelo, no qual tivemos muitos mortos e feridos.

Ao todo, atuaram oficialmente fora do Brasil 73 enfermeiras, incluindo as seis que trabalharam junto ao I Grupo de Caça da FAB. Mas, modéstia à parte, acho que as cinco que trabalharam lá em Valdibura, durante cinco meses de inverno rigoroso, perto da linha de frente, cuidando dos feridos mais graves, foram as mais sacrificadas. Nós nos apelidamos de "as esquecidas do Vale das Burras". Dada a distância da retaguarda, freqüentemente se extraviava a correspondência vinda do Brasil; o fornecimento de agasalhos nem sempre era adequado também; a alimentação não faltava, mas era só comida americana.

Às vezes recebíamos feijão, mas o pessoal da cozinha não sabia fazer ao nosso modo. O café era muito ruim. É claro que quando se faz comida para cem pessoas, as coisas não saem muito bem, mas podíamos receber mais comida brasileira. De vez em quando conseguíamos nós mesmas fazer alguma. Sal, açúcar, chocolate, vitaminas vinham em tabletes. O chocolate eu dava para as italianas. Quando viajávamos em comboio, tínhamos de comer os enlatados. Confesso que não gostava nada do regime. Comia forçada. Lembro-me de uma vez estar comendo aquele milho americano em lata e pensei: "mas a que ponto cheguei, comendo comida de cavalo!" Emagreci muito.

Enfrentei outro problema lá no "front": falta de roupas apropriadas ao meu manequim. Elas eram muito grandes. Ficavam folgadas em mim, já que sou uma mulher miúda. O que acontecia é que as roupas e calçados chegavam a Nápoles. As que estavam mais para o sul iam ficando com o bem-bom. Lá para nós chegava o que as demais haviam rejeitado. Eu, por exemplo, não tinha calçados para o tamanho de meu pé. Tinha que enchê-los com panos e papéis, para me servirem.

O hospital de Valdibura ficava ao lado de uma pequena elevação. Nela havia um barracão de pedras, certamente erguido por camponeses italianos, no qual eu e minhas colegas morávamos. Quando caía neve, a descida para o hospital era escorregadia. Em outros hospitais, algumas vezes, morei em tendas. O hospital propriamente dito funcionava parte em tendas e parte na casa dos donos daquela propriedade rural. Possivelmente haviam fugido. Havia uma placa indicando o nome. Eu acho que, em parte, depois fiquei doente porque não me agasalhava bem. Por vezes, à noite,

com neve no chão e ainda caindo, sem me cobrir adequadamente, da cama para a sala de operações.

Ainda em Valdibura tive um encontro completamente fora do comum para uma enfermeira. Às vezes eu saía sozinha para espiar um pouco. Um dia, estava agachada rabiscando no chão, quando vi dois enormes pares de botas. Olhei para cima e deparei com dois soldados alemães, possivelmente refugiados, talvez fugidos de algum campo de prisioneiros. Eles me olharam e percebi que conversaram entre si, decidindo não fazer nada comigo. Penso que eles estavam escondidos em alguma casinha por ali. A gente fica tão zozna que acabei não dando parte disso ao comando. Talvez tenha sido melhor assim.

6. Atendimento a feridos de outras nacionalidades

Depois do fechamento do hospital de Valdibura, no final de abril de 1945, eu fui para outro, o 15th Evacuation Hospital, em Corvela, trabalhando sempre em sala de operações. Essa região fica ao norte de Valdibura, ao sul do rio Pó e da cidade de Cremona. O lugar mais ao norte da Itália em que trabalhei como enfermeira foi Salsomaggiore, no final de maio. Fica na direção do sul da França, embora nossas tropas tenham chegado ainda mais longe, a Alessandria, onde fizeram junção com as tropas francesas.

Quando eu estava em Corvela, o serviço médico alemão começou a ter muita falta de recursos. O grupo acabou se entregando, com seus feridos, para que nós os pudéssemos tratar. Tivemos de tomar conta de centenas de feridos. Até serviços médicos nesses prisioneiros tive de fazer, como suturas de vasos e pequenos debridamentos (limpeza e retirada de corpos estranhos de feridas) de estilhaços de granadas. Eu trabalhava supervisionada por um oficial médico americano. Esse tipo de serviço era deixado pelos médicos, quase sempre, ao cuidado de enfermeiras.

O Corpo de Saúde brasileiro prestava assistência médica não só a brasileiros, mas a gente de outros países, civis inclusive. Os médicos americanos quase só tratavam de militares americanos. Eles e as enfermeiras não tinham facilidade nenhuma para entender outra língua, principalmente latina. Sobre tudo no caso de italianos, nós tínhamos certa facilidade em entender o que queriam dizer: "paura", "dolore", "carpire", "roba", "mangiare", etc. Na verdade, tínhamos serviço dobrado porque atendíamos a todos. Havia muitos feridos e doentes italianos desalojados pelos alemães.

deixavam por todo lado e as principais vítimas eram civis italianos, inclusive crianças, e não soldados. Lembro-me de um menino que se feriu brincando num jardim. Seus ferimentos eram gravíssimos. Os médicos tinham especiais cuidados para com ele. Chamavam-no simplesmente de "il bambino". Em sua retirada, os alemães destruíam tudo o que podiam. Levavam, por exemplo, o instrumental dos hospitais italianos. Se não podiam carregar, destruíam. Eu vi isso principalmente em Bolonha.

Continuamos a tratar de alemães também depois da rendição. Quando ela ocorreu, milhares de soldados alemães se entregaram aos brasileiros. Eles vinham em caminhões ou formavam imensas filas de soldados. A divisão alemã que se rendeu a nós foi a 148ª. Também se rendeu a 28ª divisão "Bersaglieri" italiana. O que me chamou a atenção nos soldados alemães é que eram quase todos velhos ou adolescentes. Acho que os homens alemães em idade realmente militar já tinham morrido ou caído prisioneiros.

7. Relações sociais e profissionais com os americanos

Eu tinha um certo conhecimento do inglês profissional. Lá na Itália nos deram um curso rápido da língua para termos um melhor contacto com o pessoal de saúde americano. Em minha opinião, as relações, tanto sociais como profissionais, eram melhores com os oficiais médicos americanos do que com as enfermeiras. Eles eram mais dados. Elas eram muito fechadas. Pareciam ter o rei na barriga. De qualquer modo, nesse inglês, uma vez conversei com uma, falando da miséria que existia no Brasil, das favelas do Rio de Janeiro. Eu achava que nos Estados Unidos não existia isso. Ela me disse que eu estava muito enganada, que não me deixasse levar pelos filmes de Hollywood, que lá nos Estados Unidos também havia miséria.

Trabalhei em sala de operações, como instrumentadora de alguns cirurgiões americanos, sem maiores problemas, tendo, inclusive, recebido deles elogios por minha atuação. Naquele tremendo inverno, lá em Valdibura, conversávamos amistosamente durante as folgas. Os americanos gostavam de beber "whisky". Eu não gostava. Enchiam meu copo. Disfarçadamente eu jogava o conteúdo fora. Lembro-me de que uma vez, vendo meu copo vazio, um médico americano insistia: "more, more" e o enchia; eu jogava o "whisky" fora. Ele depois comentou: "a Altamira é como a Torre de Pisa: inclinada, mas não cai". Pensava que eu tinha tomado aquela quantidade de álcool e continuava sóbria.

Na verdade, mais tarde, achei que eles estavam certos: devia ter tomado algum álcool para resistir melhor ao frio.

O general-comandante do serviço de saúde mandou que as primeiras turmas fossem comunicando as dificuldades encontradas nas relações com os americanos para, se fosse possível, evitá-las no futuro. Supunha-se que um problema seria o preconceito de cor por eles possuído. Em meu grupo, por exemplo, havia uma moça de pele mais escura. A chefia achou que seria melhor ela ficar na retaguarda. As italianas mesmas falavam: "que bruna, que bruna!", demonstrando seu preconceito.

Acho que, no caso dos negros americanos, eles eram mais usados como motoristas, nos comboios. Eu, pelo menos, vi muitos. Entre o pessoal civil subalterno dos hospitais americanos, trabalhadores na cozinha, na limpeza, na lavanderia, não notei nenhum. Verifiquei, isto sim, que muitos desses trabalhadores eram filhos de imigrantes, inclusive de portugueses. Um dia tentava conversar com um servçal do setor de limpeza num inglês macarrônico e ele me disse: "vamos conversar em português". Seus pais eram portugueses e ele sabia falar a língua. Me disseram que havia regimentos americanos só de negros. Mas me parece que todos recebiam os mesmos suprimentos, fossem brasileiros, africanos, italianos ou qualquer outra gente. Nisso, penso que os americanos eram inigualáveis. Gostei deles. Nas injustiças que sofri, nas quais não quero entrar porque é assunto particular, fui defendida por eles.

8. A Itália

Num hospital há escalas de 8, 12, 24, 48 e até mesmo de 72 horas, conforme as exigências do serviço. Nas escalas de 48 horas a gente podia ir a Bolonha, Florença, Veneza. Algumas vezes tínhamos um jipe à nossa disposição. Nesta última cidade achei muito bonita a praça de São Marcos e o palácio dos doges. Até dormi uma noite nele. Deitada, eu pensei: "puxa vida, quando, em Batatais, eu poderia imaginar que um dia dormiria neste palácio!". Quando havia uma relativa trégua no "front", recebíamos folgas maiores, de três dias. Isso permitia a algumas de nós, em grupo, visitarmos cidades mais distantes, como Roma e Milão, esta, bem no final da Guerra.

Eu tive oportunidade de ir mais de uma vez a Roma. Lembro-me de que no dia 8 de dezembro de 1944, dia de Nossa Senhora e feriado religioso na Itália, estávamos nessa cidade. Rodamos por ela num caminhão de tropas. Mas estava tudo muito parado. Numa

outra ocasião que fui até lá participei de um atendimento coletivo do Papa Pio XII a militares brasileiros.

Eu estava em Milão, em abril de 1945, quando percebi muita agitação nas ruas. Fiquei sabendo que Mussolini, sua amante Clara Petacci e membros de sua comitiva haviam sido fuzilados pelos "partigiani" perto do lago de Como e que seus corpos estavam pendurados, de cabeça para baixo, em postes numa rua ou praça da cidade. Depois cortaram as cordas e puseram Mussolini e a amante em cima um do outro para tirarem fotografias. Foi uma profanação de cadáveres. Eu comprei as fotos ainda molhadas, acabadas de revelar. Quando voltei, eu as cedi ao jornal *O Globo* para que as reproduzisse.

Já disse que o nosso serviço médico socorria muitos refugiados italianos. Suas condições de saúde e nível educacional variavam conforme a situação e a região. É claro que a população das cidades era mais educada. Uma das pessoas que conheci e com quem fiz amizade foi uma senhora de Bolonha, chamada D. Pina. Seu filho tinha sido torturado e morto pelos alemães porque imprimia panfletos contra alemães e fascistas italianos. Descoberto, foi muito torturado. Pelo que diziam, arrancaram-lhe as unhas e o cegaram antes de matá-lo. Enterrado como desconhecido, só mais tarde a mãe descobriu onde estava o corpo através de uma irmã. Eu mesma fui ao túmulo dele levar flores. A família era dona de uma fábrica de instrumentos cirúrgicos. Eu tinha um folheto relatando a vida dele.

9. A viagem de volta

Terminada a Guerra, todo o pessoal do Corpo de Saúde não podia voltar imediatamente. Havia feridos nossos e também alemães, prisioneiros. Assim, uma parte ficou mais algum tempo na Itália. Eu fiquei até onde podia com as tropas remanescentes. Inclusive estive algumas horas em Alessandria, o último lugar a que elas chegaram. Algumas pessoas foram a Nice, na Riviera francesa. Depois fui trabalhando em hospitais de evacuação americanos, aos quais estava anexo nosso Corpo de Saúde.

O deslocamento de um hospital mais para o sul da Itália demorava algumas horas: bagagem, roupas, instrumentos, gente ferida, pessoal médico e paramédico, funcionários em ambulâncias e caminhões. Era tudo meio confuso. Além do mais, as pessoas falavam várias línguas e nem sempre se entendiam bem. Eu, por exemplo, fui conduzida a Roma. Disseram ao meu grupo que sairíamos de lá, por via aérea, para o Brasil. Que nada! Iríamos partir de

Nápoles. Eu e minhas colegas acabamos indo de caminhão de transporte de tropas e jipe para esta última cidade. Chegamos lá na tarde do dia 26 de junho de 1945. Deixamo-la no dia 5 de julho.

Voltei por via aérea, como na ida. Fizemos escalas em cidades da África do Norte: Túnis, Orã e Casablanca; depois Dacar e ilha de Ascensão. Só chegamos ao Aeroporto Santos Dumont, no Rio, na tarde do dia 13 de julho. Lembro-me bem disso porque era uma sexta-feira, antevéspera de meu aniversário.

10. No Brasil: reserva, reforma, doença, condecorações

Depois que voltei, fiquei dois meses adida. Eu estava tão mal que era incapaz até de segurar uma colher. Acabei sendo desligada do Serviço Ativo do Exército em outubro de 1945, passando para a Reserva. Em junho de 1949 fui considerada definitivamente incapaz para o serviço ativo em virtude de males adquiridos durante a Guerra. Fui então reformada no posto de 1º tenente. Em 1956, de acordo com leis aprovadas anteriormente, fui promovida ao posto de capitão, com efeito retroativo à data de minha reforma.

Fui condecorada com a Medalha de Guerra e com a de Campanha pelo Exército. Também fui agraciada com a medalha de Bons Serviços (em bronze) pela Cruz Vermelha Brasileira. Em 1975 recebi a medalha "Mascarenhas de Moraes", outorgada pela Associação Nacional dos Veteranos da FEB (ANVFEB). Recebi-a das mãos do então Vice-Presidente da República, Gen. Adalberto Pereira dos Santos, em sessão solene no salão nobre do Clube Militar, no Rio.

Reformada, reassumi meu cargo civil anterior, de enfermeira, no Ministério de Educação e Saúde. Não tinha mais condições de trabalhar com pacientes. Por isso exerci atividades no Serviço de Coordenação de Enfermagem, até que não pude mais. Adquiri uma tal alergia (ou algo do tipo) que ensopava uma toalha. Às vezes as lágrimas espirravam longe, embora eu não estivesse chorando. Fizem várias juntas médicas, fui operada; melhorei pouco. Nunca ficou claro qual era o meu problema de saúde. Suponho que, sobretudo em Valdibura, desenvolvi uma alergia que me persegue até hoje. Não me agasalhava direito e não tomava "whisky" como os americanos.

Depois da guerra comecei a pensar melhor nela. Percebi que a gente acha mais ou menos naturais os acontecimentos de que está participando, no momento em que eles ocorrem. Só mais tarde me dei conta de que tudo aquilo foi algo anormal na vida de qualquer pessoa: só na guerra é que se tentam salvar homens eviscerados ou com estilhaços de granada no crânio, por exemplo.

BATATAIS: HISTÓRIA E CULTURA EM FOCO

Maria Clarisse Bombonato PRADO*

Importantes eventos marcaram a vida cultural de Batatais no segundo semestre de 2000 e no início de 2001.

Num primeiro momento, o presidente de honra de nossa sociedade, Dr. Jesus Machado Tambellini, lança seu livro "A Freguezia dos Batataes", em noite de autógrafos, no Clube XIV de Março, com a presença de amigos e convidados. Na verdade, esta obra é uma retomada da publicação homônima que Dr. Jesus editou em 1939, à qual ele acrescenta dados, amplia fontes, aprofunda-se nas nossas origens. 25 de fevereiro de 1815 : data da criação, por alvará régio, da nossa " Freguezia", entretanto, Dr. Jesus consegue alcançar vestígios do nosso passado no século XVII, quando se refere ao "Caminho dos Batataes ou dos Guayazes". É, inegavelmente, obra de caráter histórico de leitura imprescindível pelos estudiosos, entusiastas, interessados, moradores desta Batatais, outrora arraial, freguesia, povoado, vila. Registre-se aqui, ainda, nossa admiração pessoal por Dr. Jesus, eleito, por unanimidade, membro da Academia Paulista de História, em dezembro último .

Numa oportuna iniciativa do vereador e presidente da Câmara, José Roberto Ricci, os pesquisadores Alessandra Baltazar, Danilo Pastorelli, Karina Elizabeth Serrazes e Luciana Squarizi, com a colaboração de nosso presidente, Professor Doutor Walter Cardoso, dedicaram-se à organização de documentos pertencentes ao arquivo da Câmara Municipal. De maneira a torná-lo permanente, por aproximadamente um ano, o grupo trabalhou com determinação, para, em 8 de dezembro, entregar oficialmente à população a Sala "Jean de Frans", que preservará o material organizado, destinado a consultas, leituras e pesquisas. Por se tratar de tarefa inédita na história da Câmara Municipal, essa noite ficará indelevelmente marcada na memória de todos os que ali estiveram e presenciaram as homenagens que o vereador e presidente Ricci prestou aos organizadores, na presença de amigos, personalidades e autoridades. No momento, homenageou-se também Gaspar de Sousa Prado Neto, como incentivador do projeto, incipiente ainda.

* Professora de Português da Rede Estadual de Ensino, aposentada

Desde sua fundação, a Sociedade Amigos da Cultura sentiu-se apoiada pela administração municipal, através da Secretaria da Educação, que nos abriu as portas da Casa da Cultura, para que pudéssemos fazer as nossas reuniões. A nova administração, num gesto de extrema acolhida e simpatia, também vê com olhos favoráveis o nosso trabalho e, por sua iniciativa, entregou-nos, oficialmente, no dia 17 de março último, uma sala especial para servir de sede à Sociedade. Na presença do prefeito Fernando Ferreira, do secretário da Educação, Cultura e Esporte, José Mauro Marinho Fernandes, autoridades, associados e simpatizantes, ao som da boa música proporcionada pelo sax de Aletéia e pelo violão de Bruno, nosso presidente descerra a placa indicativa da sala em questão. A emoção do momento deixa ficarem ali selados o compromisso e a vontade política de apoiar as atividades desenvolvidas pela Sociedade, numa comunhão de propósitos e ideais, defendendo a cultura como um bem a ser compartilhado.

Fatos como esses, registrados neste terceiro número de Amicus já no seu editorial e reforçados neste espaço, estimulam e encorajam o batataense a cultivar sempre mais o gosto pelas nossas raízes, à procura de uma identidade capaz de fortalecer a nossa cidadania.

ÍNDICE DE AUTORES

- CALDANA, Regina Helena Lima, p. 11
- CARDOSO, Clotilde de Santa Clara Medina, p. 25
- CARDOSO, Walter, p. 61
- MORAES, Ary Toledo, p. 47
- PEREIRA, José Carlos de Medeiros, p. 77
- PRADO, Maria Clarisse Bombonato, p. 91
- PRADO NETO, Gaspar de Sousa, p. 7
- ROSA, Máisa Dassiê, p. 55
- SILVA, Luciana Maria da, p. 11
- TEIXEIRA, Pedro Lázaro, p. 73

NORMAS PARA A APRESENTAÇÃO DE ORIGINAL

A Revista **AMICUS** publica trabalhos inéditos, relativos principalmente a Batatais e região. Os textos serão redigidos de preferência em português.

Recomenda-se que os artigos apresentem os seguintes itens:

Título, autor(es), identificação do(s) autor(es), *Resumo*, (de no máximo cinco linhas) e cinco *Palavras-chave*, antecedendo o texto. Sucedendo a este, *Abstract* e *Keywords*. Completam o texto, sucedendo-o: *Referências Bibliográficas* (obras citadas no texto) e *Notas*, para esclarecimentos considerados necessários. Utilizá-las o mínimo possível e numerá-las na entrelinha superior do texto.

Os dados e conceitos emitidos nos trabalhos, bem como a exatidão das referências bibliográficas, são de inteira responsabilidade dos autores. Os trabalhos que não se enquadrarem nessas Normas para a Apresentação de Original serão devolvidos aos autores.

Além de artigos, a Revista AMICUS terá, entre outras, as seguintes seções: Arquivos, Bibliotecas e Museus, Entrevistas, Depoimentos, Noticiário, Resenhas, Teses e Memórias, além de outros textos, considerados compatíveis com os objetivos da Revista.

Maiores esclarecimentos acerca das normas de apresentação de original serão prestados pelo Conselho Consultivo de Publicações.

E-mail: wcardoso@netsite.com.br